



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

GREICIANE BARBOSA DE SOUSA

**AUTISTA COM SINDROME DE ASPERGER: Análise de dados na
EMEF “Prof.^a Maria Emília” Jacareacanga- Pará.**

ITAITUBA-PA
2018

GREICIANE BARBOSA DE SOUSA

**AUTISTA COM SINDROME DE ASPERGER: Análise de dados na
EMEF “Prof.^a Maria Emilia” Jacareacanga- Pará**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção de título de
Licenciado Pleno em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª Gislainy Ferreira Fernandes, Esp..

ITAITUBA-PA

2018

GREICIANE BARBOSA DE SOUSA

**AUTISTA COM SINDROME DE ASPERGER: Análise de dados na
EMEF “Prof.^a Maria Emilia” Jacareacanga- Pará**

Monografia de Graduação apresentada como requisito para a obtenção de título de Licenciado Pleno em Pedagogia da Faculdade de Itaituba FAI.

Orientada: Prof^a Gislainy Ferreira Fernandes, Esp..

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____
Prof. Francisco Claudio de Souza Silva. Dr.

Orientadora: _____ Nota: _____
Prof^a. Gislainy Ferreira Fernandes, Esp.

Avaliador: _____ Nota: _____
Prof. Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba – PA, 29 de janeiro de 2018

Primeiramente ao meu querido Deus que é o meu maior tesouro, a meus pais Guilherme kabá Munduruku e Gerlane da Silva Barbosa, a minha tia Gersiane Maria qual me apoiaram e me acolheram em sua casa desde que eu comecei a estudar com apoio e amor acompanharam desde o início a minha luta para ingressar e terminar essa graduação por estarem sempre ao meu lado me dando forças e incentivos, para que eu não desistisse dessa grande jornada. Dedico-lhes essa conquista como gratidão, ela não é somente minha, vocês também fizeram parte para que eu conquistasse.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer ao meu queridíssimo e amado Deus, pelo seu infinito amor por mim, pela graça de ter me dado saúde, força, perseverança, sabedoria, coragem para chegar até o fim desta caminhada abençoada.

Deste modo não deixaria de agradecer a minha mãe Gerlane da Silva Barbosa e ao meu pai Guilherme Kaba Munduruku por estarem presente em todos os momentos do meu percurso de vida, pelo carinho, amor e apoio incondicional e tudo que ultrapassa as simples palavras de agradecimento e por não medirem esforços para que eu concluísse minha graduação.

Agradeço aos meus irmãos Geisiane Barbosa de Sousa e Geovane da Silva Barbosa pelo carinho e amizade que sempre me transmitiram. Agradeço também as minhas primas e primo, Katyane Fernandes, Mirlen Celiane, Josivana da Silva, Dalva Barbosa, Ellen Carla, Keyla Fernandes, Adriane Fernades, Tadeu Junior pela disponibilidade e apoio nesta minha caminhada acadêmica.

Não poderia deixar de agradecer também a minha Tia Gersiane Maria e Graciano Tadeu que durante essa jornada de quatro anos não mediram esforços e me cederam sua casa para que pudesse ficar enquanto estudava, quero lhes dizer que sou muito grata a vocês e sempre irei levar comigo o carinho e amor que tenho por vocês.

Agradeço a minha orientadora Especialista Gislainy Ferreira Fernandes, o meu sincero agradecimento, pelo seu estímulo, orientação, sabedoria, disponibilidade, atenção e apoio.

Agradeço a minha namorada Máissara Luana por sempre ter me dado apoio, nas horas difíceis, me mostrando que não podemos desistir e obrigada por estar sempre ao meu lado.

Aos meus amigos e amigas de classe da Faculdade de Itaituba FAI em especial Edson Nascimento que sempre me ajudou e me incentivou. Agradeço aos demais pela motivação, amizade, respeito, carinho, amor e companheirismo que sempre existiu e nunca se esvaneceu.

Agradeço a Faculdade de Itaituba em geral pelo apoio, pelo suporte acessível aos material necessário para a minha formação e pela aprendizagem que a mesma me proporcionou.

A todos os professores e professoras que colaboraram com o meu crescimento intelectual e profissional, pela paciência de nos ensinar e nos acompanhar esses quatro anos o meu sincero agradecimento a esses profissionais.

A todos vocês o meu sincero muito obrigada vocês fizeram parte desta minha vitória e eu as dedico de todo o coração.

“A educação inclusiva pode ser considerada como a capacidade de acolher a todos, independente de suas condições.”

(VAGULA & VEDOATO, 2014: 04)

RESUMO

O presente trabalho trata-se da trajetória e vivências no processo de ensino aprendizagem de um aluno com Autismo e Síndrome de Asperger no município de Jacareacanga- Pará: olhares de seus familiares e professores. Tem por objetivo analisar a trajetória e as vivências no processo de ensino e aprendizado de um aluno com autismo. Compreendendo as características do aluno com autismo, conhecendo o relacionamento de seus colegas e seus familiares em meio a sociedade. Para sua construção utilizou-se uma abordagem qualitativa, por meio da pesquisa bibliográfica e de campo. Apresentando características específicas visto que o objeto de estudo encontrasse situado nos olhares de familiares e de profissionais da modalidade de ensino. Foi utilizada uma pesquisa de campo através de questionários com perguntas abertas e fechadas aplicadas professores e uma mãe. Verificou-se que há inúmeros desafios encontrados pelos docentes para trabalharem com alunos com autismo mediante ao âmbito educacional, invista de um processo de adaptação na sociedade e sua interação social com colegas da escola, seus familiares, vizinhos e o seu próprio eu. Considera-se a necessidade de orientação ao autista com síndrome de asperger e a sua família na perspectiva de um sistema educacional que reconheça e atenda às necessidades desse aluno nas distintas esferas – intelectual, social e emocional. Sugestiona-se nesta pesquisa uma proposta de intervenção para melhor entendimento do autismo.

Palavras-Chave: Autismo. Síndrome de Asperger. Vivências. Familiares.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01:	Formação Acadêmica.....	51
QUADRO 02:	Tem especialização.....	52
QUADRO 03:	Tempo de experiência na docência.....	52
QUADRO 04:	Você possui experiência para trabalhar com crianças especiais.	52
QUADRO 05:	Possui experiência para trabalhar com crianças especiais.....	53
QUADRO 06:	Você já ouviu falar em autismo com síndrome de asperger.....	53
QUADRO 07:	O que você entender por autismo.....	54
QUADRO 08:	Como é trabalhar com um aluno autista na sala de aula.....	55
QUADRO 09:	Metodologias utilizadas em sala de aula com o aluno autista.....	56
QUADRO 10:	Dificuldades em trabalhar com o autista.....	56
QUADRO 11:	Sugestão para um melhor trabalho com o aluno autista.....	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 OS PRIMERIOS REGISTROS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	13
1.1 HISTÓRICO NO MUNDO.....	13
1.2 HISTÓRICO NO BRASIL.....	19
1.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	22
1.4 POLITICAS PUBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	25
2 AUTISTA COM SINDROME DE ASPERGER	28
2.1 O QUE É AUTISMO.....	28
2.2 DIAGNOSTICO DO AUTISMO COM SINDROME DE ASPERGER.....	33
2.3 DESAFIOS DO ENSINO PARA AUTISTA.....	38
2.4 LEIS QUE AMPARAM OS AUTISTAS.....	42
3 AUTISTA COM SINDROME DE ASPERGER: ANÁLISE DE DADOS NA EMEF PROF MARIA EMILIA JACAREACANGA-PA	47
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA - HISTÓRICO DA ESCOLA MARIA EMÍLIA.....	47
3.2 SUJEITOS DA PESQUISA.....	48
3.3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	49
3.4 ANÁLISE DE DADOS NA VISÃO DE PROFESSORES E DA FAMLIA.....	50
3.4.1 Visão Dos Professores	50
3.4.2 Visão Da Família	58
3.5 PROPOSTA.....	61
CONCLUSÃO	62
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
ANEXOS	68

INTRODUÇÃO

Compreende-se a educação especial como uma modalidade de educação escolar que visa garantir um conjunto de recursos e serviços educacionais especializados. Tendo por alvo analisar a trajetória e as vivências no processo de ensino e aprendizado de um aluno com TEA. Contudo, a educação especial também contempla a educação destinada aos alunos com autismo. Assim, síndrome de asperger é um conceito que serve para expressar alto nível de inteligência da criança e indica desenvolvimento acelerado das funções cerebrais.

Para entender a síndrome de asperger, é preciso lembrar, em primeiro lugar, que as crianças tem uma inteligência média ou acima de média ou seja as crianças com síndrome de asperger tem uma inteligência acima do normal. Elas só serão consideradas com síndrome de asperger quando apresentarem distúrbios em interações sociais e atividades e interesses restritos, sem atraso geral significativo na linguagem e caem na faixa de inteligência média ou acima de média, ou mesmo um talento único para qualquer idade - pode ser um talento musical apurado, uma grande facilidade para desenho ou outras artes, um raciocínio matemático extremamente rápido etc. Em geral, essa característica é notada pelos pais e pelos professores.

Com isso houve a necessidade de elaborar uma monografia desenvolvida com o objetivo de Analisar as trajetórias e as vivências no processo de ensino aprendizado de um aluno com autismo e síndrome de asperger no (município de Jacareacanga-Pará), mediante as concepções de seus professores e familiares.

Através das questões norteadoras pode-se coletar dados para assim desenvolver-se este trabalho, foram utilizada as seguintes questões: Quais as principais dificuldades e desafios que a criança e a família enfrentaram em questão a escola? A escola oferece condições adequadas para atender o aluno com Síndrome de Asperger? Quais as principais metodologias utilizadas para auxiliar o processo de ensino aprendizagem desse aluno na escola?

Para a abrangência do estudo foi organizado através de uma pesquisa bibliográfica e foram utilizados inúmeros autores como CAMPOS (2011), MAZZOTA (1996), CORREIA (1997), MENDES (1995), MIRANDA (2003), MAGALHÃES (2011) entre outras para se obter um trabalho com informações, com abordagem

qualitativa, apresentando características específicas, visto que o objeto de estudo encontrasse situado nos olhares de familiares e de seus profissionais acerca da síndrome de asperger.

A estrutura da monografia foi definida em três capítulos, sendo que o primeiro capítulo contextualiza uma Abordagem Histórica acerca da Educação Especial; porém o segundo capítulo discorre sobre Autismo, Síndrome de Asperger, as Leis que amparam o Autista, seus Desafios e suas Habilidades e e como a escola deve lidar com essas Especificidades e por fim o terceiro capítulo nos faz viajar através da trajetória e a vivência no processo de ensino e aprendizagem de um aluno com síndrome de asperger no município de Jacareacanga-Pará: olhares de seus familiares e seus professores.

1 OS PRIMERIOS REGISTROS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.

1.1 HISTÓRICO NO MUNDO.

Quando falamos na Educação Especial voltamos há séculos atrás e com o passar dos tempos observamos mudanças que ocorreram e outras que ainda continuam estáticas. Percebe-se que essa luta é em prol das pessoas com deficiência, transtornos e altas habilidades/superdotação, e ocorrem desde o princípio da civilização, levando em consideração que os movimentos em favor da educação especial muitas vezes são contraditórios tornando-se uma utopia no contexto histórico.

A utopia será sempre algo realizável num futuro próximo mediante a ação transformadora do trabalho; dirigida para algo não existente, a utopia além de orientar a ação humana coletiva permite a crítica da realidade existente fornecendo pontos-de-referência para a avaliação do presente (VALE, 1995, p. 3).

Mediante a análise do processo histórico é possível verificar que a forma como a sociedade relaciona-se com as pessoas com necessidades especiais está vinculada às conquistas dessa mesma sociedade. Várias foram as concepções de deficiência que permearam o debate sobre as pessoas com necessidades especiais dentro da sociedade, e principalmente, seu acesso à educação sendo que as atitudes sociais estão atreladas aos conceitos e atributos da saúde, da doença e da deficiência. Ou seja, a busca pela educação para as pessoas portadoras de deficiência era um dos principais objetivos a serem alcançados por essas pessoas e estavam sempre em busca disso de melhorias para as pessoas deficientes.

De acordo com o autor Fernandes (2007) a antiguidade, período histórico iniciado com as mais antigas civilizações e que se estendeu até a queda do Império Romano do Ocidente (século V), apenas as pessoas nobres detinham o poder social, político econômico. O corpo perfeito e forte para guerrear, a beleza física, a capacidade retórica para proferir discursos filosóficos, entre outras habilidades, eram aspectos que valorizavam algumas pessoas e conferiam-lhe a cidadania nessa sociedade. As pessoas com deficiências não tinham um valor social diante a sociedade que os mesmos faziam parte.

Observa-se esse ponto de vista expresso por Stobaus apud Mosquera (2003), em um trecho de um manuscrito de governantes espartanos, na antiguidade:

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas doentes, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas dá razão que nos convida a separar das partes são aquelas que podem corrompe-las. (STOBAUS, 2003, p. 20).

Há relatos históricos que mostram como era comum o ato de abandonar crianças em montanhas e florestas ou atirá-las de penhascos ou nos rios, por serem consideradas uma ameaça à manutenção da sociedade da época em virtude das limitações e das imperfeições que apresentavam. Percebe-se que essas pessoas com deficiência eram injustiçadas, sem valor diante da sociedade dos perfeitos, e que eram mortas ou abandonadas muitas vezes por seus próprios pais.

Na Idade Média é que essa situação de extermínio começou a ser questionada em decorrência do fortalecimento da igreja católica e do advento do cristianismo os quais mudam o cenário político da sociedade. Aliando-se a nobreza, o clero passa a ter, além do domínio econômico uma enorme influência na definição dos princípios e dos valores morais que regem a vida social, determinado, por meio de dogmas religiosos, os designo do bem e do mal. (FERNANDES, 2007, p.20).

Segundo o autor Fernandes havia uma corrente que interpretava que as pessoas com deficiência eram seres castigados por Deus pelos pecados que cometeram. Ela os considerava indivíduos demoníacos pelas situações que se protagonizavam, as crises de epilepsia que sofriam ou as atitudes psicóticas que manifestavam eram interpretadas como ato de feitiçarias ou por seções do diabo. A salvação, segundo Se apontava, deveria ser objeto da punição divina para dor dos pecados, por meio da perseguição ou do sacrifício. A superstição ao imperfeito, o possuído, a ausência da perfeição significativa à personificação do mal, que justificava os ritos de flagelação na idade média. O tratamento das pessoas com deficiência variava entre caridade e castigo, o mesmo tempo em que a igreja condena o infanticídio, pertence as causas da deficiência as causas sobrenaturais.

Segundo Fernandes (2007), pelo reconhecimento de que todos os homens são criaturas de Deus, as pessoas doentes, as defeituosas ou mentalmente afetadas passam a receber, pela primeira vez, atenção da sociedade, embora, ainda, de forma duvidosa. Manifesta-se, por outro viés, a interpretação de que essas pessoas

eram escolhidas por cristo e predestinada para o “dom da cura”. Cegos por exemplo eram tidos como pessoas abençoadas com o poder sobrenatural dos profetas para a vidência.

Diante dessa visão, surgiram as primeiras iniciativas de proteção e compadecimento com a criação de asilos e abrigos onde eram doadas esmolas e prestada assistência a pessoa com deficiência, como um ato de caridade que conduzia à salvação da alma, ou seja, pessoas ajudavam com o que podiam com a certeza de que teriam a salvação.

Diversos autores como Jonsson (1994), Mendes (1995) afirmam que até o século XVIII, a exclusão acontecia amplamente, ou seja, as pessoas com necessidades especiais eram excluídas da sociedade para qualquer tipo de atividade, pois eram consideradas invalidas, sem utilidade e incapazes para trabalhar, características essa atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência.

A educação especial passou a existir somente na idade moderna para contemporânea após alguns documentos e leis que foram aprovados, pois antigamente as pessoas com deficiência eram mortas, elas não eram sobreviventes na sociedade, pois a população não permitia imperfeições, já que em Roma na Grécia era pregado a ideia de perfeição entre os indivíduos. A educação especial somente após muitas lutas foi que conseguiu alcançar um espaço na sociedade, sendo ela uma modalidade responsável pela educação das crianças com deficiência e hoje pode-se observar uma grande mudança na educação especial.

Segundo Campos (2011: 24) “o entendimento histórico que se faz para compreender o processo que se deu ao tratamento dos portadores educacionais especiais está em quatro grandes períodos histórico que perpassaram na Europa, América do norte e no Brasil”. Podemos perceber que para que esse entendimento ocorresse aconteceu quatro grandes períodos para assim poderem ter conhecimento ao histórico.

De acordo com Campos (2011:23) “o primeiro período destaca-se pela descuida pré-cristã tendo em vista a ausência de entendimento as pessoas que apresentavam deficiências”. Neste período as crianças que nasciam com alguma deficiência eram abandonadas, perseguidas e eliminadas sob a legitimidade da sociedade. Essa fase denominou-se como a fase da exclusão na qual pessoas com

qualquer tipo de deficiência eram tidas como sem ter direito a educação escolar por não serem consideradas normais. Assim revela o autor:

{ ...} pessoas que nasciam com visíveis, como, por exemplo, a falta ou deformação de membros ou a incapacidade de falar ou enxergar, relegadas ao abandono e, até mesmo, exterminadas, por implicarem risco e custo social. (MAZZOTTA, 2005, p.15).

Pode-se dizer que neste período era comum o abandono de crianças com deficiência em montanha e floretas, eram afogadas ou atiradas em penhascos ou nos rios por serem consideradas anormais ou débeis e os pais dessas crianças eram obrigados a abandoná-las ou mata-las. Essa fase ficou conhecida como período de extermínio pelo fato que essa crianças não tinha o direito de vida por não ser considerada uma criança normal.

Neste período eles presavam um ser perfeito para que pudesse participar de batalhas pois só participavam os que eram considerados normais e fortes, se fosse do sexo masculino, onde os mesmos participavam de muitas atividades onde requeriam muita habilidade, força e um bom corpo físico, já as mulheres tinham que se preparar no que se diz respeito aos fazeres domésticos, pois elas tinham que saber cuidar de uma casa, filhos e também do marido

Assim pode-se lembrar que neste período o destino das pessoas com deficiência era o extermínio. A Igreja nesta situação tinha suas formas de negação aos especiais, pois está tinha por crença acreditar em fatores divinos capazes de tal crueldade nas pessoas. Conforme retrata o período da exclusão em que:

Em sociedades antigas, era normal o infanticídio quando se observava anomalias nas crianças. Na Idade Média, a Igreja condenou tais atos, mais, por outro lado, acalentou a ideia de atribuir as causa sobrenaturais as anormalidades de que padeciam as pessoas (...) (FACION, 2005, p. 184).

Diante do declarado fica evidente que na Idade Média as pessoas que nasciam com alguma deficiência eram relacionadas aos enigmas da imagem diabólicos, castigos ou a feitiçaria. Estas logo eram julgadas incultas, eram excluídas, perseguidas e exterminadas. É evidente que neste período da história nas sociedades a fase da exclusão as pessoas com deficiências não tinham quaisquer atenção para tais anormalidades, assim as providencias eram tomadas de forma drástica, com a retirada das pessoas do convívio social. Assim revela a autora:

A Inquisição católica, na Idade Média, foi responsável pelo sacrifício de pessoas com deficiência mental entre loucos, adivinhos e hereges. O “Diretorium” de Emérico de Aragão prescrevia a tortura, a fogueira e o confisco de bens para qualquer conduta herética ou obscena, além da recusa em responder ou dar respostas sem nexos quando interrogados. Durante a Inquisição, foi criado o “Malleus Maleficarum” (1482), manual de semiologia, capaz de “diagnosticar” bruxas e feiticeiros; considerava sinais de malformação física ou mental como ligação com o demônio, o que levou muitas das pessoas com estas deficiências a fogueira da inquisição. (RODRIGUES, 2008, p.9).

Ressalta-se que o paradigma religioso no entendimento dos deficientes na Idade Média retratava o cristianismo, onde o mesmo exigia a crueldade de pessoas com tais anormalidades em seus aspectos físicos ou psíquicos.

O segundo período histórico corresponde entre os séculos XVIII e meados do século XIX, caracteriza-se pela “institucionalização” (CAMPOS, 2011:11) onde indivíduos com deficiências eram segregadas e protegidos em instituições residenciais. Segundo (FERREIRA *apud* CAMPOS, 2011:15) “é possível constatar o atendimento as pessoas com deficiência especial na Europa abarcando o deficiente mental”.

Neste período veio surgir as primeiras casas de apoio as pessoas com deficiências, essas casas eram asilos e abrigos onde os mesmos eram deixados como forma de ato de caridade, pois naquela época quem praticava esses tipos de atos seriam conduzidos a salvação de sua alma. Este período de segregação tinha como objetivo de enclausurar essas pessoas em especial os leprosos, os paráliticos, os doentes venéreos, os doentes mentais e toda sorte de desajustado.

Segundo Moisés *apud* Campos (2011: 18) “que ressalta as mudanças significativas que ocorreram no tratamento de indivíduos com deficiências a partir de um novo modelo de assistência, à médica”, este afirma que a passagem das mãos do inquisidor para as mãos do médico houve significativas vantagens para o deficiente. Assim muitos especialistas dedicaram-se exclusivamente ao estudo e tratamento das pessoas com ausência dos sentidos “normais”.

Neste sentido destaca-se ainda os estudos do médico Francês Jean Itard, nascido em 1774 e faleceu em 1838, que dirigiu a Instituição Imperial dos Surdos-Mudos, destacando-se suas concepções nas relações com as crianças, “{...} considerado o pai da Educação Especial, este foi o primeiro a reeducar uma criança diferente” (FONSECA *apud* CAMPOS, 2011:32).

O terceiro período que se assegurou a divisão histórica do tratamento das pessoas com deficiência segundo Campos (2011: 45) “{...} deu-se no final do século XIX e meados do século XX”, caracterizou-se por nesse período o aparecimento de escolas ou classes especiais em unidades públicas objetivando oferecer o ensino escolar aos excluídos da época, ou seja, os anormais.

Afirma Correia (1997:65) “{...} que foram criadas escolas especiais nas quais tinham como política a segregação de crianças que apresentavam certas monstruosidades dos restantes ditos normais”, desta maneira reafirma o autor que tais escolas seriam uma forma de comprovar um comprometimento para com o problema. É nesse momento da história que se intensificaram e surgem grandes estudos voltados ao tratamento de pessoas com deficiências.

É diante desse quadro que se desenvolve diversos estudos para melhor oferecer a cura aos deficientes, também abrindo um leque de serviços e possibilidades para o tratamento dispensados aos mesmos.

Ressalta-se que no quarto período histórico, tendo em vista a complexidade da Educação Especial e nesta fase que a mesma volta-se atenção exclusivamente aos alunos com deficiência intelectual nas escolas, diante disso vemos hoje ser o foco de análise e complexidade nas salas de aula e no ensino regular público e privado.

É no final do século passado que observa-se a minimização das disparidades no relacionamento social dos indivíduos que apresentam deficiências, havendo uma integração maior ou mais próxima entre as pessoas nos ambientes escolares, então surgem programas específicos para deficientes mentais leves e moderados, quanto a abertura das instituições de ensino (STOBAUS *apud*, CAMPOS, 2011, p.11).

A partir do século XX, gradualmente, os cidadãos com alguma anomalia começam a ser valorizados por algumas outras pessoas e emergindo a nível mundial através de movimentos sociais de luta contra a discriminação em defesa de uma sociedade inclusiva. Nesse período histórico legitimam as críticas sobre as práticas de ensino da época, dirigindo também questionamentos dos modelos idênticos do ensino aprendizagem, causando exclusão no cenário educacional.

De acordo com Jannuzzi, (2004, p.34):

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação.

Segundo o autor, a sociedade foi em busca de melhoria para as crianças com necessidade especiais, visando uma melhoria para estas pessoas, escola, hospitais e ensinos regulares em busca de que essas pessoas possam viver como pessoas normais e bem aceitas na sociedade.

De acordo com Mazzota (1996) a compreensão educacional de pessoas portadoras de necessidades especiais, até o século XVIII, era basicamente ligado ao misticismo e ocultismo, não havendo conhecimento científico para o alargamento de noções realistas. O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado.

A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua das suas turmas.

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Um ensino para todos os alunos há que se distinguir pela sua qualidade. O desafio de fazê-lo acontecer nas salas de aulas é uma tarefa a ser assumida por todos os que compõem um sistema educacional.

1.2 HISTÓRICO NO BRASIL.

Analisando o período histórico da educação especial no Brasil, nos séculos XVII E XVIII, é possível observar que se evidenciam teorias e práticas sociais de discriminação, promovendo infinitas situações de exclusão. Essa época foi caracterizada pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente: família, a escola e a

sociedade em geral condenavam esse público de uma forma extremamente preconceituosa, de modo a excluí-los do estado social em que se vivem.

Os deficientes mentais eram internados em orfanatos, manicômios, prisões dentre outros tipos de instituições que os tratavam como doentes anormais, “[...] na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformados” (BRASIL, 2001:25). Pode-se observar como mudou muito de antigamente para o que se é vivido hoje em dia, principalmente no que diz respeito ao deficiente que hoje já são bem aceitos na sociedade sem ser preciso serem internados em orfanatos e manicômios como acontecia antigamente.

Para dar um parâmetro melhor sobre os fatos, Carmo (1991) menciona algumas ocorrências históricas de práticas que antecedem a Antiguidade. Nas culturas primitivas, era muito comum, em tribos nômades, as pessoas que não andavam sozinhas não serem aceitas e nem mantidas pelo grupo, sendo geralmente, abandonadas em lugares afastados e perigosos, o que as levavam à morte. Saindo um pouco da visão mundial e direcionando o olhar para os relatos históricos de fatos ocorridos no Brasil que no passado tinham características de exclusão.

Na América Latina, as primeiras instituições construídas tinham como objetivo simplesmente prestar o atendimento educacional aos portadores de necessidades especiais, sem exercer a função de residência. De acordo com esse novo modelo, vimos o surgimento da Educação Especial para crianças deficientes, administradas por instituições voluntárias, em sua maioria religiosa ou filantrópica, com o apoio consentimento dos governos Jonson, apud Sasaki (1997).

Segundo Jannuzi,(1992) e Mazzota, (2005), afirmam que em 1847 foi criado em Salvador, Bahia o Hospital Juliano, para o atendimento de pessoas com deficiências físicas e intelectuais. Ambas eram escolas públicas é interessante frisar que Jannuzzi, constatou o surgimento de hospitais psiquiátricos, cuja sua atuação era exclusivamente médio-pedagógico os quais contribuíam para manter a segregação social desses deficientes, pois o tratamento era diferenciado e separado daquele destinado às pessoas “ditas normais”.

Observa-se que a educação do deficiente mental não era motivo de preocupação e, portanto, o descansa do poder público era total. A sociedade era pouco urbanizada, apoiava-se no setor rural e grande parte da população era

analfabeta. Para Mantoan (2003), na educação, o processo de integração refere-se especificamente à inserção escolar de alunos com deficiências, o que compreende um continuum que envolve um leque de possibilidades que vão desde as classes comuns até locais específicos como classes e escolas especiais. Nesta perspectiva o processo de integração possibilitou o acesso de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular.

Segundo Mazzota (2001) em nosso país, os primeiros registros de atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais datam de 1854, quando foi fundado por D. Pedro II, na Cidade do Rio de Janeiro, capital do Império, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje chamado Instituto Benjamim Constant (UBC). Três anos após, em 1857, Pedro II, criou-se também na Cidade do Rio de Janeiro, outra instituição ainda no governo de D, especializada, o Instituto dos Surdos – Mudos, que receberia mais tarde o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos- INES.

Foi sem dúvida uma grande conquista no atendimento as deficiências, pois inseriu na sociedade a ideia de conscientização e discussão sobre a educação, porém ainda representava uma medida precária em vista da grande população deficiente (MIRANDA, 2003). A autora continua apontando que desta forma “[...] a Educação Especial se caracterizou por ações isoladas e o atendimento se referiu mais às deficiências visuais, auditivas e, em menor quantidade, às deficiências físicas.” (p. 3). Percebe-se que a educação especial foi caracterizada pelas ações que eram ligadas mais as deficiências auditivas e visuais do que a física.

Para tanto, outras classes especiais começam a surgir com objetivos educacionais. Mazzota (2005), de 1932-1943, relata que a Santa Casa de Misericórdia disponibilizava o ensino hospitalar e o Lar Escola São Francisco, com a necessidade de acompanhar a reabilitação de deficientes físicos. Percebe-se que com o passar dos anos foram surgindo escolas e instituições que amparassem essas pessoas com deficiência.

Entretanto, ainda Mazzota (2005) diz que no dia 11 de dezembro de 1954, foi fundada, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE com o objetivo de atender aos problemas relacionados à deficiência mental. Podemos observar que a partir de então foram surgindo até associações para atender os pais com o objetivo relacionado a problemas mentais.

Segundo Jannuzzi (2004), durante o Brasil-colônia no século XVI, as pessoas com necessidades especiais passavam despercebidas e, em uma sociedade baseada em agricultura rudimentar, executavam trabalhos manuais simples, não necessitando assim de nenhum estudo para tal prática.

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos que nessa instituição for matriculado”. (MEC/SEESP, 2001).

As mazelas da educação especial brasileira, entre tanto, não limitam a falta de acesso, pois aos poucos alunos com necessidades educacionais especiais que tem tido acesso a algum tipo de escola não estão necessariamente recebendo uma educação apropriada, seja por falta de profissionais qualificados ou mesmo pela falta generalizada de recursos, (MENDES, 2010, p.106).

Apesar das políticas, planos ações e programas desenvolvidos nos últimos anos, relacionados com a educação especial na perspectiva inclusiva, os desafios em torno dessa modalidade persistem. Há grande necessidade de uma maior intervenção do governo federal mediante a ampliação das ações e investimentos públicos na área, da ampliação do acesso aos educandos com necessidades especiais às escolas podem cobrar profissionais qualificados e com recursos para estar desenvolvendo seu trabalho com essas crianças.

1.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.

Podemos observar que com o passar dos anos a educação inclusiva vem ganhando seu lugar e que cada tempo que se passa a pessoa com deficiência vem conquistando seus direitos. Com o passar dos tempos movimentos e lutas sociais vieram contribuir muito no que diz respeito a inclusão de pessoas com deficiências passando a surgir Leis, Decretos, constituições em prol de uma educação para todos.

O novo ideal de Educação Inclusiva torna-se visível em dois momentos: em 1990, quando as Nações Unidas, representadas pela UNESCO, vêm garantir a democratização da Educação, independentemente das diferenças particulares, através da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jontien,

na Tailândia; e, em 1994, com a elaboração da conhecida Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), um documento sobre os princípios, a política e a prática da Educação voltada para as necessidades especiais oficializado na Espanha com a participação de aproximadamente 100 países, inclusive o Brasil.

Esse documento serviu para chamar a atenção quanto à urgência de ações que tornassem realidade uma Educação capaz de reconhecer diferenças, promover a aprendizagem e atender às necessidades de cada criança individualmente. Diz a Declaração (UNESCO, 1994, p.10): “As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades”.

Em 1994 é publicado a política nacional da educação especial, orientando o processo de “ integração instrucional” que condiciona o acesso as classes comuns do ensino regular aqueles que “(...) possui condições de acompanhar e desenvolver atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (19). Nesse contexto, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso e participação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento bem como outros problemas, orientando os sistemas de ensino para promover respostas as necessidades educacionais especiais, garantindo:

- A) Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
 - B) Atendimento educacional especializado;
 - C) Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
 - D) Formação de professores para o entendimento nacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
 - E) Participação da família e da comunidade;
 - F) Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;
 - G) Articulação Inter setorial na implementação das políticas públicas.
- (BRASIL, 1994, p.20).

Vale ressaltar que a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que elimine as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. Tal atendimento

complementa ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Assim pretende-se que seja uma educação de qualidade para todos contende-se, entre outros fatores, e atribuição de novas dimensões da escola no que consiste não somente na aceitação, como também na valorização das diferenças, resgatando os valores culturais e o respeito do aprender e construir, conforme define a Declaração de Salamanca (1994, p.8-9):

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

Entretanto, a educação especial que por muito tempo restringiu-se a um ensino paralelo, aos poucos vem redimensionando seu papel, atuando no atendimento direto desse alunado na rede escolar regular para que o mesmo possa adquirir uma educação de qualidade adequadas a elas, combatendo as atitudes discriminatórias que existem na sociedade. Todavia, para que a inclusão aconteça é preciso educar nosso país, modificar a história de preconceitos arraigados, tanto da sociedade quanto das próprias famílias e/ou pessoas com NEE.

Para o autor Ferreira (2005, p.44) a inclusão envolve:

[...] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidade e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor.

Em face disso nota-se que a materialização da escola verdadeiramente inclusiva trabalha baseando-se na defesa de princípios e valores éticos, na projeção dos ideais de cidadania e justiça, nivelada a uma proposta que visa à promoção de práticas pedagógicas contemplando o aluno, individualmente, em sua maneira simbólica durante o processo de aprendizagem e envolvendo, com compromisso e empenho, a comunidade escolar. A inclusão é um processo dinâmico e gradual, está se resume em “cooperação/solidariedade, respeito às diferenças, comunidade, valorização das diferenças, melhora para todos, pesquisa reflexiva” (SANCHEZ, 2005, p.7).

1.4 POLITICAS PUBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na atualidade, educação especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

As Políticas Públicas de proteção social surgiram como uma tentativa de diminuir as desigualdades e injustiças relacionadas ao sistema capitalista, bem como decorrência das reivindicações por melhores condições de trabalho, feitas pelo movimento operário. Mais recentemente, além de das demandas trabalhistas, tais dispositivos estão voltados para a saúde, educação, segurança, questões habitacionais, transporte, transferência de renda, segurança alimentar, dentre outros. Assim, uma Política pública pode ser compreendida como um conjunto de ações realizadas pelo Estado e seus agentes, com a participação ou não da sociedade, visando garantir os direitos sociais previstos em lei (SOUSA; BATISTA, 2012).

No entanto, a educação especial ao longo do seu desenvolvimento passou diferentes estágios, desde a organização de escolas especiais separadas das escolas regulares, cujo modelo recebeu várias críticas por manter a segregação dos alunos com deficiência em escolas regulares, qual mostrou-se limitado, pois não existiriam mudanças significativas na organização das escolas para atender essa nova demanda. Em anos recentes, surge a defesa da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. De forma genérica, a educação inclusiva refere-se à ideia de promoção da escola para todos (MENDES, 2010; MIRANDA 2003; MANTOAN, 2006).

Esclarecem que a educação especial no Brasil, até a década de setenta, esteve sob a responsabilidade quase que total das instituições privadas. Até esse período, a pessoa com deficiência ainda não era contemplada com uma política educacional voltada para o seu atendimento na rede pública de ensino brasileira. A criação, no ministério da Educação e Cultura, do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), na década de setenta, foi um marco importante para implementação de uma política nacional voltada para a educação especial. (MUNIZ e ARRUDA, 2007, p.25).

Consideram-se alunos com deficiência aqueles que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação. Um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil.

As pessoas com deficiência têm o direito de usufruir dos bens sociais, como a educação, assim como qualquer outro cidadão. Já que a educação é e deve ser vista como um direito de todos, um sistema educacional inclusivo deve garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos. No entanto, para que tragam regulamentações, ações, orientações e que garantam investimentos para a educação especial numa perspectiva inclusiva (MENDES, 2010; MIRANDA, 2003, MANTOAN, 2006).

Soler (2005) observa que desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) está acontecendo uma verdadeira revolução no sistema educacional brasileiro, o qual demonstra estar empenhado na tarefa de se transformar em um sistema que reconheça e valorize a diversidade.

No entanto, Sasaki (2006) afirma que no Brasil, temos uma legislação bastante variada e rica, mas que contém muitos pontos negativos, funcionando como discriminação às avessas. Salienta que são necessárias leis de caráter inclusivista, para que todas as pessoas possam se sentir pertencentes à sociedade, com oportunidades iguais.

A inclusão pode ser oferecida por leis, decretos, propostas curriculares com fundamentação coerente, no entanto, seu sucesso ou seu fracasso será determinado por vários fatores políticos e sociais, pela ação interativa dos profissionais da escola e também de outras instituições e, para tanto, torna-se necessário disponibilizar recursos financeiros significativos a fim de gerar uma educação pública gratuita e de qualidade, pois, de nada adianta uma política inclusiva se as condições oferecidas em nossas escolas forem excludentes (SILVEIRA, 2003).

Quando falamos em inclusão estamos entrando em um assunto onde diz respeito a inúmeros tipos de inclusão e para que aconteça realmente a inclusão é

necessário que seja oferecida por leis, decretos e propostas curriculares a fim de novas conquistas, principalmente quando se trata da qualidade de uma educação.

A partir da Declaração de Salamanca (1994) o Brasil oficializou a discussão de ideias diferentes. Este documento traz uma visão nova de educação especial, pois possui uma outra concepção de criança. Acredita e proclama que todas as crianças possuem características, seus interesses, habilidades e necessidades que são únicas e, portanto, tem direito à educação e à oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem e, “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades” (SALAMANCA, 1994, p.1 e 2).

Nessa perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades. Nestes casos e outros que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais desses alunos.

Podemos perceber que o papel da Política Pública em relação à Educação Especial é em prol na busca de direitos e deveres da pessoa com deficiência, seus direitos a serem cumpridos e seu deveres a serem realizados, e através de políticas, manifestações, leis entre outros é que as pessoas com necessidades vem ganhando seu lugar na sociedade em qual fazem parte.

2 AUTISTA COM SINDROME DE ASPERGER

2.1 O QUE É AUTISMO.

O autismo, segundo Gilberg (1990) é uma “síndrome comportamental com etiologias múltiplas e curso de um distúrbio de desenvolvimento”. E tem como características sintomática a tendência ao isolamento e comportamentos diferenciados, o autismo é considerado um distúrbio de desenvolvimento, permanente e severamente incapacitante. Contudo, embora haja limitações e inabilidades, antes de ser autista, esse indivíduo é um ser humano como todos nós.

Leo Kanner havia observado o primeiro de seus pacientes descritos neste estudo clássico em 1938. Ao todo, seu trabalho incluía descrições de onze crianças: oito meninos e três meninas (KANNER, 1943). Através desse estudo de Kanner ele pode observar o comportamento de cada criança e assim diferenciar uma da outra e através desse estudo foi observado as diferenças entre o comportamento de todos.

Ele descreveu por menores o que julgava ser uma condição neurológica única que era aparentemente decorrente da incapacidade de estabelecer vínculos efetivos próximos com outras pessoas e para tolerar modificações menores do ambiente e das rotinas diárias. A característica principal de todas as crianças era uma incapacidade importante de se relacionar com as demais pessoas, iniciando-se nos primeiros anos de vida (KANNER, 19943). Percebe-se que através desse estudo foram identificadas inúmeras características e a principal foi a falta de interesse em relacionar-se com as demais pessoas e situações, sem ter afeto viverem apenas no mundo deles isolado de todos.

Particularmente surpreendentes foram as respostas dessas crianças aos estímulos auditivos - a intensa resposta fisiológica a sons contrastava com a passividade geralmente demonstrada por essas crianças em situações envolvendo tais estímulos (BOSA; CALLIAS, 2000, p.10).

Portanto, podemos observar que a criança com o TEA apesar de ter algumas limitações, demonstra ter sensibilidade em outras áreas fisiológicas, como por exemplo, a auditiva, demonstrando rapidamente resposta aos estímulos. Nota-se que ao ser estimulada, a criança consegue prestar mais atenção ao que lhe é pedido ou passado, tornando assim uma ferramenta a mais para o desenvolvimento desta

criança, proporcionando sua melhor compreensão, de acordo com os limites de cada caso.

Machado (2005, p.159) afirma que “os seis primeiros anos são os mais importantes para a constituição de personalidade, pois é aí que se origina a consciência do eu, a identidade do eu corporal dentro da vivência, ou seja é nos primeiros anos de vida que a pessoa vai criando o seu próprio eu, e construção de sua própria autonomia. Desde o primeiro instante de vida do ser humano surge a necessidade de interação com o mundo, logo na gravidez, estabelecem-se formas de comunicação entre mãe e o filho. Os primeiros sons, os primeiros gestos, as primeiras palavras e entre outros. Tudo é convívio, porém existe crianças que desenvolvem formas de comunicação como exterior completamente diferenciados um dos outros e a partir dessas formas diferentes de comunicação e desenvolvimento é que a mãe começa a observar seu filho e perceber que a diferenças nele.

Ao contrário dos casos de Kanner, que demonstravam ter boas relações com os objetos, as crianças de Asperger teriam relações anormais tanto com as pessoas quanto com os objetos, ignorando certos elementos do ambiente ou se fixando exageradamente a outros. Seu olhar não se deteria por muito tempo nas coisas e deslizaria sobre as pessoas. Além disso, algumas crianças se dedicavam a coleções exóticas ou inúteis ou à ordenação de objetos. Asperger atribuiu tais problemas a uma deficiência biológica, especialmente genética, não especulando sobre aspectos psicodinâmicos nem relacionando o estado com o caráter dos pais ASPERGER (1991).

“O autismo compreende a observação de um conjunto de comportamentos agrupados em uma tríade principal: comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restrito-repetitivas” (CUNHA, 2014). Segundo o autor aborda é através do comportamento da criança que os pais terão os olhares direcionados aos seus filhos, cabendo a eles observar qualquer diferença em seu desenvolvimento. Nota-se na criança com a síndrome, alterações na afetividade, ausência de interesse no ato de brincar, dificuldade na fala dando a impressão de ser uma criança tímida ou arrogante, pois o comportamento desta criança além de interferir no seu desenvolvimento a prejudica ainda mais no meio social a qual ela está inserida.

Kanner descrevia que as crianças autistas tentavam manter o mundo externo distante. Esta impressão tinha por base diferentes fatores, principalmente a observação de recusa alimentar nos primeiros meses de vida, destacando a comida como a primeira intrusão do mundo externo em nossas vidas (KANNER, 1943). Observa-se que uma das características dos autistas era a exclusão de si próprio, o isolamento em seu próprio mundo tornando-se pessoas distantes e frias.

A iniciativa principal para o trabalho com o autista, antes de tudo, vem do convívio com os seus familiares, da convivência que seu comportamento será notado, os pais saberão ver qual a principal dificuldade desta criança, juntamente com uma equipe de médicos e uma equipe de especialistas qualificados nesta síndrome, para só a partir de um diagnóstico ver se realmente é a síndrome, e poder assim lidar da melhor maneira de acordo com o seu grau.

Ainda nos anos 1960, apareciamos primeiros sinais da concepção que nas décadas seguintes se constituirá numa nova hegemonia no campo psiquiátrico. Três componentes dessa mudança, bastante interdependentes entre si, merecem ser destacados. Primeiro, o respaldo das teses biológicas sobre o autismo cresce, e elas ganham o aval do próprio Kanner. Ele, contradizendo algumas de suas declarações anteriores, afirma em (1968):

É reconhecido por todos os observadores, exceto por um reduzido número daqueles impedidos por compromissos doutrinários, que o autismo não é uma doença primariamente adquirida ou feita pelo homem. (...) Fazer os pais se sentirem culpados ou responsáveis pelo autismo de seu filho não é apenas errado, mas adiciona de modo cruel um insulto a um dano” (KANNER, 1968, p.25).

Em segundo lugar, pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo passam a dar depoimentos e escrever biografias falando de suas vivências e recusando o título de psicose até então dado à síndrome e, juntamente com seus familiares passam a exercer protagonismo no interior do campo psiquiátrico. Segundo o autor relata, o autismo à muito tempo atrás era considerada uma doença adquirida pelos pais, fazendo com que os pais dessas crianças que eram autista se sentirem culpados, pois de alguma forma eram cruelmente insultados pela doença de seu filho.

O Autismo é uma denominação que atualmente é melhor explicada pelas nomenclaturas Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) ou Transtorno do

Espectro Autista (TEA), que indicam uma ampla variação na sintomatologia, onde se inclui um tripé de características: dificuldade de comunicação, de interação social, e interesse e atividades restritos, estereotipados e repetitivos. Dentro do quadro do autismo, existem vários graus de comprometimento dos sintomas, tornando mais ou menos severa a situação do portador desta síndrome. Dentre os graus de severidade, propõe-se um indivíduo de comprometimento maior, outro intermediário e o terceiro com comprometimento mais discreto. Conforme Klin (2006):

Há uma variação notável na expressão de sintomas no autismo. As crianças com o funcionamento mais baixo são caracteristicamente mudas por completo ou em grande parte, isoladas da interação social e com realização de poucas incursões sociais. No próximo nível, as crianças podem aceitar a interação social passivamente, mas não a procuram. Nesse nível, pode-se observar alguma linguagem espontânea. Entre as que possuem grau mais alto de funcionamento e são um pouco mais velhas, seu estilo de vida social é diferente, no sentido que elas podem interessar-se pela interação social, mas não podem iniciá-la ou mantê-la de forma típica. O estilo social de tais indivíduos foi denominado “ativo, mas estranho”, no sentido de que eles geralmente têm dificuldade de regular a interação social após essa ter começado. As características comportamentais do autismo se alteram durante o curso do desenvolvimento. (KLIN, 2006, p.6).

Ou seja, segundo o autor Klin (2006), o autismo está dividido em três níveis sendo eles leve, moderado e severo, e o que difere um do outro são as características que cada um representa ao longo dos tempos e através de consultas com neurologistas. Até a década de 60, o autismo foi considerado um transtorno emocional, causado pela incapacidade de mães e/ou pais de oferecer o afeto necessário durante a criação dos filhos com isso produziria alterações graves no desenvolvimento dessas crianças o que seria prejudicial. Mas com o passar dos tempos veio a comprovação de que essa correlação se mostrou falsa, pois estudos mostraram que não havia diferença significativa entre os laços afetivos de pais de crianças autistas e de outras crianças, além disso, novos estudos evidenciavam a presença de distúrbios neurobiológicos.

As crianças com TEA apresentam dificuldades em entender as regras de convívio social, a comunicação não verbal, a intencionalidade do outro e o que os outros pensam dela. Com essas dificuldades funcionais, o impacto na eficiência da comunicação é muito grande, fazendo com que o desenvolvimento do social mantenham-se cada vez mais lento para exercer as funções necessárias para a interação social que é a cada momento mais e mais difícil conforme a faixa etária.

E os prejuízos nos mecanismos biológicos estão relacionados à adaptação social levando a emergência de fenótipos heterogêneos, associados aos quadros de Transtornos Globais do Desenvolvimento (SANTOS, 2013, p.06). Além da dificuldade que a criança já carrega consigo por conta do transtorno, é na fase escolar que as complicações ficam visíveis, pois é nela que será exigida do aluno, atenção, compreensão, entrosamento, desenvolvimento, socialização, situações que para uma criança com TEA torna-se algo completamente dificultoso, em determinados casos, ainda mais isolamento deste, se o profissional que trabalhar com esta criança não estiver apto para educar uma criança autista. Porém atualmente, existe diversos recursos, escolas profissionais especializados para se trabalhar com a síndrome, são por meio dessas pessoas que a criança será estimulada todos os dias a ter o seu próprio desenvolvimento e aprendizado, com educadores especializados e escolas específicas para cada crianças que ali forem estudar.

Autismo é um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação. (MELLO, 2007, p.16).

No âmbito educacional, influência dos modelos explicativos sobre o autismo, ao longo da história, determinou as primeiras iniciativas de intervenção no ensino que, entretanto, foram muito específicas e distanciadas daquelas desenvolvidas no meio social inerente à escola como a conhecemos hoje.

Encontra-se implicado na surpresa e no desafio vivenciados hoje pelos professores nas diversas redes ensino ao se verem, pela primeira vez, diante da oportunidade de receber uma criança com autismo em suas turmas. Apesar de toda a surpresa, as práticas desenvolvidas por estes professores se tornam uma novidade e uma importante contribuição na construção do conhecimento a respeito do autismo e das potencialidades da educação escolar na vida dessas crianças. Para que possamos dimensionar tal novidade, é importante seguirmos a trajetória histórica da abordagem do autismo, desde a primeira descrição até os dias de hoje.

Guimarães (1999) afirma que o ponto de vista fenomenológica, o termo autismo tem sido utilizado para denominar um estado de ausência relação com o mundo, de ausência do uso da fala e das leis que definem os laços sociais. Por esta

razão o autismo pode ser formalizado como um estado de ausência da relação do sujeito ao outro, o que torna questionável o uso mesmo do termo sujeito articulado ao campo do outro, ao campo simbólico. Isto resulta na dificuldade de se estabelecer em relação ao autismo uma dada estrutura-neurose, perversão ou psicose- ou ainda de considerarmos neste estado a presença de sinais mínimos que indiquem um ponto de capton entre o real, simbólico imaginário.

Os prejuízos na interação social são amplos, podendo haver também prejuízos nos comportamentos não verbais contato visual direto, expressão facial, gestos corporais que regulam a interação social. As crianças com autismo podem ignorar outras crianças e não compreender as necessidades delas. Os prejuízos na comunicação também são marcantes e podem afetar habilidades verbais e não verbais. Pode haver atraso ou falta total no desenvolvimento da linguagem falada. Naqueles que chegam a falar, pode existir prejuízo na capacidade de iniciar ou manter uma conversação, uso estereotipado e repetitivo da linguagem ou uma linguagem idiossincrática uso peculiar de palavras ou frases não possibilitando entender o significado do que está sendo dito.

2.2 DIAGNOSTICO DO AUTISMO COM SINDROME DE ASPERGER

Neste tópico será abordado segundo a ideia de alguns autores o que vem ser o autismo, como se caracteriza, os seu graus e como pode ser diagnosticado. O autismo possui vários graus, leves, moderado e severo de acordo com cada grau há comportamento diferentes.

Para Suplino (2005), o autismo é um problema neurobiológico que se manifesta normalmente em crianças antes dos dois anos e meio de idade e quanto à prevalência é mais comum em meninos que em meninas. As crianças se mostram aparentemente indiferentes ou, até mesmo, avessas a demonstrações de afeto e ao contato físico, embora às vezes surja mais tarde uma ligação mais estreita com pais ou certos adultos. O desenvolvimento da fala nessas crianças é lento e anormal, senão ausente, caracterizando-se pela repetição daquilo que é dito por terceiros ou pela substituição das palavras por sons.

De acordo com Bosa, (2002, p.26) esse termo deriva do grego (autos = si mesmo + ismo = disposição/orientação). O autismo é uma síndrome que causa uma deficiência significativa na comunicação e na interação social. Geralmente aparece

nos três primeiros anos de vida e perdura para toda a vida existindo vários graus de comprometimento dessas questões. O diagnóstico pode ser feito já aos 18 meses de idade, através de observação do comportamento e de uma entrevista com os pais ou responsáveis. De acordo com MELLO, (2007, p.22) afirma que:

{...} que o diagnóstico de autismo seja feito por um profissional com formação em medicina e experiência clínica de vários anos diagnosticando essa síndrome. O diagnóstico de autismo é feito basicamente através da avaliação do quadro clínico. Não existem testes laboratoriais específicos para a detecção do autismo. Por isso, diz que o autismo não apresenta um marcador biológico.

Diante do revelado é importante ressaltar que as vezes surjam sinais muito fortes de autismo por volta dos dezoito meses, no entanto, existe alguns critérios na área de interação social que são ausentes em crianças autistas, um deles é a comportamento não-verbal e relacionamento, pois os mesmos não possuem interesses em ter amigos ou até mesmo não sabem como estabelecer relacionamentos amigáveis, a ausência de espontaneidade e a falta de questão de relacionamento. Concluída antes dos vinte e quatro meses, ou seja, dois anos. Com isso a análise para que se tenha um diagnóstico nos meses iniciais é muito importante para poder iniciar uma interferência educacional especializada o mais rápido possível.

Estudos epidemiológicos tem apontado que 70% dos indivíduos com autismo apresentam deficiência mental. Somente 30% apresentam um perfil cognitivo caracterizado por uma discrepância entre as áreas verbal e não-verbal em testes padronizados. Nesses indivíduos, geralmente não se identificam problemas na área não-verbal (ex.: habilidades visuomotoras), podendo está inclusive estar acima do esperado para a idade cronológica. (GILLBERG, 1990, in: BAPTISTA e BOSSA, 2002, p.32).

Muitos autistas não desenvolve a linguagem, apresentando problema na comunicação apesar disso conseguem pronunciar algumas palavras como substantivos e verbos. Avalia-se que cerca de cinquenta por cento dos autistas não desenvolvem a linguagem durante toda a vida. Podemos então observar que a comunicação da criança autista é caracterizado por falta de verbalização, sendo, segundo (LOMÔNICA: 1992) “raro encontrar autistas que falam normalmente”.

A autora Taveira apresenta algumas características, em relação as interações sociais, comunicação e comportamento do autista.

- ✓ Apresenta dificuldade em iniciar e manter uma conversação;
- ✓ Inicialmente podem apresentar aversão ao toque e isolamento;
- ✓ Podem evitar o contato visual;
- ✓ Mantêm pouca atenção às pessoas, parecem ignorar o outro e podem expressar-se de forma incomum;
- ✓ Comportamentos não-verbais de iniciação e manutenção de contato;
- ✓ Podem se utilizar dos adultos como ferramentas para pegar objetos, abrir portas e outras situações intencionais (TAVEIRA, 2011, p.34-36).

Os autistas pessoas que apresentam enumeras dificuldades de compreensão das palavras, socialização e comportamentos. Se interessam por movimentos estereotipados, como bater palmas, estalar os dedos, movimentar a cabeça ou o corpo, possuem movimentos não comuns e postura não normais, passam horas observando objetos circulares. O autista se encanta com objetos que se movem como por exemplo rodinhas dos brinquedos.

O autismo é uma síndrome complexa e muito mais comum do que se pensa, atualmente cerca de 1 criança com autismo para cada 110 criança, estima-se que este número possa chegar a 2.000.000 de autista em nosso país, no mundo segundo a Organização das Nações Unidas a ONU acredita-se que pode haver mais de 70 milhões de pessoas com autismo, afetando a maneira de como esses indivíduos se comunicam e interagem, a incidência em meninos é maior tendo uma relação de 4 meninos para 1 menina com autismo.

De acordo com Nogueira (2007), a maioria dos autistas tem a aparência física de uma criança normal, porém o comportamento é diferente. Reconhecer o autismo é difícil até para médicos, pois ele não é uma doença. A psiquiatria moderna o define como um distúrbio do desenvolvimento. Em seu livro, Melo apresenta alguns sintomas que são fundamentais para identificar uma criança com autismo.

Usa as pessoas como ferramenta, resiste à mudança de rotina, não se mistura com outras crianças, não mantém contato visual, age como se fosse surdo, resiste ao aprendizado, apresenta apego não apropriado a objetos, não demonstra medo de perigos, gira objetos de maneira bizarra e peculiar, apresenta risos e movimentos não apropriados, resiste ao contato físico, acentuada hiperatividade física, às vezes é agressivo e destrutivo, apresenta modo e comportamento indiferente e arredo. (MELO, 2007, p.72).

Atualmente o autismo vem sendo bem mais divulgado, o número de casos diagnosticados vem crescendo e acontecendo em idades cada vez mais precoces, porém ele ainda surpreende, devido à diversidade de sintomas que pode apresentar. A criança apresenta falta de reação a sons e dor, incapacidade de reconhecer

situação de perigo, dificuldade de se relacionar, problemas de linguagem e alterações de comportamento. Geralmente a criança autista apresenta aparência normal e ao mesmo tempo um perfil de desenvolvimento irregular.

O autismo, intriga e angustia as famílias nas quais se impõe, pois a pessoa portadora de autismo, geralmente, tem uma aparência harmoniosa e ao mesmo tempo um perfil irregular de desenvolvimento, com bom funcionamento em algumas áreas enquanto outras se encontram bastante comprometidas. (MELLO, 2007, p.12).

Os autistas têm dificuldades de comunicação e interação social, normalmente são agitados, não gostam de sair da rotina. Não conseguem olhar nos olhos de outras pessoas e demoram a começar a falar, isso quando falam, percebe-se que ao mesmo tempo que o autista tem uma aparência harmoniosa ele tem um perfil irregular que é o de se fechar para as pessoas que estão ao seu redor se tornando assim pessoas frias sem sentimentos.

Segundo o neurologista José Salomão Shchwartzman (1992), mais de 70% dos casos não são diagnosticados, pois os pediatras não sabem diagnosticar. Quando o diagnóstico chega, algumas famílias não querem aceitar que o filho tem um sério comprometimento individual, e procuram ajuda em diversos lugares, outras preferem não querer enxergar que o filho é autista. Existem alguns passos indicados pela AMA – Associação de Amigos do Autista, que os pais ao receberem o diagnóstico de autismo devem seguir para lidar da melhor maneira possível com esse transtorno.

A experiência da AMA que é uma experiência de pais e de educadores de pessoas com autismo, constatou a importância de três caminhos a serem conscientemente buscados pelas famílias que se deparam com a questão do autismo em suas vidas: Conhecer a questão do autismo. Admitir a questão do autismo. Buscar apoio de um grupo de pessoas que estejam envolvidas com a mesma questão e que procuram conviver com ela da melhor maneira possível. (MELLO, 2007, p.14).

As famílias ao receberem o diagnóstico de autismo, devem primeiramente recorrer a quem entende do assunto, com o intuito de conhecer e entender esse transtorno. Na maioria dos casos as pessoas ao descobrirem que seu familiar é autista não aceitam essa condição, porém é importante que a família admita a questão do autismo e procure ajuda através pessoas que passam pela mesma

situação. Dessa forma elas poderão se sentir mais capazes e preparadas para enfrentar e conviver com o autismo.

É importante ressaltar que estes distúrbios estão frequentemente associados a várias outras condições. Os atrasos do desenvolvimento são comuns nas áreas de habilidades intelectuais e na maioria dos casos há uma associação à deficiência mental. (SUPLINO, 2005, p.17).

As crianças autistas na maioria dos casos têm uma síndrome associada, elas podem apresentar epilepsia, síndrome de down, cegueira, surdez, esquizofrenia e até mesmo retardo mental, porém praticamente todas conseguem aprender atividades básicas do cotidiano ao que se vive, ou seja, esses atrasos surgem com o passar do tempo.

A Síndrome de Asperger é um transtorno global do desenvolvimento, este tipo de transtorno caracteriza-se por desvios e anormalidades em três amplos aspectos: relacionamento social, uso da linguagem para a comunicação e comportamento que envolve características repetitivas. A síndrome de asperger é considerada o autismo de alto desempenho, os portadores apresentam as mesmas características que os outros autistas, mas em uma medida bem, reduzida, eles são muito inteligentes podendo ser confundidos com gênios ou portadores de altas habilidades por adquirirem uma inteligência acima do normal.

Hobson (1995), postulou que a criança com Síndrome de Asperger (SA) têm incapacidade para interagir emocionalmente com os outros, portanto a criança com Autismo não recebe as experiências sociais necessárias para desenvolver as estruturas cognitivas para compreensão. Através dessa incapacidade de interagir emocionalmente com os outros é uma das características principais da pessoa com autismo.

Schwartzman (1992) destaca que os indivíduos com S.A também costumam apresentar interesses peculiares, o que dificulta seu campo de interação social. Dentre esses, pode-se destacar: interesse em conversas referentes à astrologia; à matemática; às artes; entre outros. Sobre os assuntos que tem prazer leem e decoram todas as informações possíveis, deixando seus ouvintes admirados com tanto conhecimento.

Por outro lado, as crianças que apresentam essa síndrome são taxadas como antissociais. Conforme cita Segar (2007), as crianças com síndrome de asperger por apresentar certa dificuldade na comunicação por meio da linguagem corporal, a

maioria não consegue olhar nos olhos do outro, permanece com a cabeça abaixada ou evitando o olhar, apresenta comportamentos egocêntricos e inadequados à situação social, às vezes, pode ser grosseiro, rude e ofensivo.

Segundo Rodrigues (2012:30) os alunos com Síndrome de Asperger têm em geral boa capacidade linguística, vocabulário extenso e capacidade de utilizar estruturas gramaticais complexas. Contudo tem dificuldade de comunicação efetiva especialmente na utilização social da linguagem e na habilidade de transmitir e compreender o significado.

Tratando ainda da caracterização, segundo Teixeira (2014), a criança com síndrome de asperger apresenta incapacidade de interagir emocionalmente com os demais, e dificuldade para desenvolver as habilidades de interação social e emocional. Mas possui características que o torna uma pessoa com inteligência considerada acima do normal podendo ser considerado um gênio ou portadores de altas habilidades por que são imbatíveis nas áreas de conhecimento.

2.3 DESAFIOS DO ENSINO PARA AUTISTA

Será explanado através de pesquisas e ideias de autores os desafios de ensino para a criança com autismo, iremos perceber quais as principais dificuldades que um autista pode encontrar na sala de aula para se obter um aprendizado, pois o autismo é um transtorno global do desenvolvimento onde permite que seu portador tenha uma inteligência além do normal, como também pode ter atrasos.

Sabe -se que a educação de crianças e jovens autistas é um grande desafio para os docentes da área. Os mesmos buscam está criando métodos para conseguir chamar atenção desses alunos, trabalhando o seu desenvolvimento em grupo ou individualmente. A inclusão da criança com deficiência tem sido discutida em vários contextos e a escola é o melhor lugar para promover a inclusão social e educacional dessas crianças.

Sendo o autismo um distúrbio com sintomas e graus de manifestações extremamente variadas, independentes de sua classificação psicogenética ou biológica é notório que a criança autista apresenta déficits na área social, na linguagem e comunicação e no comportamento e pensamento, educar uma criança autista é um grande desafio, mas também um grande privilégio, pois segundo Berehff “é uma experiência que leva o professor a rever e questionar suas ideias

sobre desenvolvimento, educação normalidade e competência profissional” (1994:11). Deste modo, levando em consideração que as pessoas com autismo têm uma perturbação no Sistema Nervoso que afetam algumas áreas, e conseqüentemente dificulta sua interação social e seu domínio de linguagem e comunicação, as práticas pedagógicas devem ser desenvolvidas respeitando essas limitações, mas ao mesmo tempo incentivando a superação.

O educador deve ser cauteloso e também procurar diversificar atividades, mas a falta de apoio pedagógico as vezes dificultam os andamentos do trabalho. A partir do momento que reconhecemos nossas dificuldades, fraquezas e deficiências um novo caminho se abrirá e é neste caminho que o educador começa aprender que ser portador de necessidade especiais não impede ninguém de viver por mais limitante que esta pareça ser, pode-se viver normalmente como qualquer outra pessoa.

O professor tem que estar atento com essas crianças e buscar formas adequadas para se trabalhar com eles e tomar algumas medidas para prevenir algumas situações inadequadas como: caminhar para perto do aluno, quando perceber que o mesmo saiu de sua carteira, registrar o tempo que o aluno permaneceu concentrado em uma atividade e possibilitar elogio para com eles. Isso farar com que os alunos tenham um bom rendimento. A Declaração de Salamanca relata abaixo o desafio que confronta a escola inclusiva.

O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva (DECECLARAÇÃO..., 1994, p.04).

O documento relata os desafios que confrontam as escolas onde apresentam classe heterogenia, onde o profissional da educação tem que possuir uma pedagogia voltada para a inclusão das crianças especiais. Portanto a escola tem seu papel fundamental para a inclusão dessas crianças com isso, a exclusão será um fator que não existirá no estabelecimento. Professores em escolas desestruturadas, sem apoio material e pedagógico, desqualificados pela sociedade, pela família e pelos alunos não têm como tornar o conhecimento atrativo. É preciso que o

professor competente e valorizado encontre prazer de ensinar para que possibilite o prazer de ensinar para que possibilite o prazer de aprender, pois a má qualidade de ensino provoca um desestímulo na busca do conhecimento.

[...]. A aprendizagem, ao contrário do que muitos pensavam e ainda pensam, não depende só das condições internas, inerentes à pessoa que aprende: ela constitui o corolário do equilíbrio entre as condições internas, próprias do sujeito que aprende, e as condições externas, inerentes ao indivíduo que ensina Ferreira e Guimarães (2003, p.100). Vale ressaltar, que a construção de uma educação realmente inclusiva pode ser caracterizada como uma grande ilusão por parte dos educadores, das pessoas com deficiência e dos seus familiares, que devem estar todos comprometidos com uma educação de qualidade. No entanto, faz-se necessário que se opinem propostas com efeitos reais no processo de inclusão, que realize de forma pragmática o fazer pedagógico com o olhar para a inclusão. Dessa forma, é possível que mesmo estas propostas utópicas tenham grande potencial de gerar futuras práticas no sentido de ajudar efetivamente o processo de transformação das instituições educacionais. Afinal, é para isto que servem as utopias. Para fazer caminhar.

Para Pereira (1980, p.118), existem três formas principais de integração: temporal, social e instrumental.

A integração temporal ocorre quando há disponibilidade de oportunidade para que a pessoa com necessidades especiais permaneça mais tempo com seus companheiros ditos "normais", esperando-se que resultados positivos sejam obtidos através das ações institucionais e sociais. A integração social pressupõe de atendimentos de Educação Especial na escola regular, onde os alunos nela escolarizados realizam algumas atividades comuns, tais como jogos e atividades extra-escolares. A integração instrucional relaciona-se com a disponibilidade de oportunidades e de condições de estímulos que este aluno encontra, no ambiente da classe regular, facilitando seu processo de ensino- aprendizagem.

Dessa forma o atendimento deve considerar, entre todos os aspectos já focalizados, o espaço físico adequado, ou seja, incluir materiais pedagógicos e equipamento apropriados para que os alunos sejam atendidos de acordo com suas necessidades e potencialidades. Portanto, trabalhar com alunos autistas é uma tarefa desafiante e trabalhosa, pois cada aluno possui suas singularidades e habilidades e, não bastasse isto, nunca se pode esperar de um aluno as mesmas reações a todo o momento. Assim, cabe a nós, educadores, a entrega de nós

mesmos à paixão de conhecer melhor nossos alunos, é esta paixão que separa as barreiras e abrilhantar os olhos é redimensionada para o sorriso que atrai os alunos ao profissional docente.

Com base em Carothers e Taylor (2004), o objetivo da educação de uma criança autista é o de aumentar sua independência, a fim de proporcionar mais segurança ao executar tarefas do cotidiano, além de melhorar a qualidade de vida da criança e de seus familiares. Os dois ambientes fundamentais onde acontece o aprendizado são na escola e em casa. É melhor ensinar as habilidades para o dia a dia no ambiente natural, porém isso nem sempre é possível. Fazer tarefas simples do dia a dia, como comer sozinho, usar o banheiro, escovar os dentes, para eles fazem muita diferença na qualidade de vida.

É importante que os pais trabalhem pela independência de seu filho. É preciso que incentive a criança a se vestir sozinha, se servir, comer, beber e assim por diante. Com esses estímulos a criança sente a necessidade de falar desenvolvendo sua oralidade. Isto deve ser feito com calma, levando em consideração que o desenvolvimento da criança com autismo é lento, lembrando sempre de elogiar cada avanço alcançado. A participação dos pais é muito importante no processo de aprendizagem da criança e são eles responsáveis por grande parte da aprendizagem do filho, bem como do incentivo ao convívio social. Os pais devem fazer passeios com seus filhos, preferencialmente em lugares públicos, onde as crianças possam brincar livremente, caminhar e ter contato com outras crianças.

É de suma importância que toda atividade seja planejada anteriormente, e que os pais estejam certos de que terão a situação sob controle para não serem surpreendidos por imprevistos. A criança autista tende a fixar rotinas, isso pode ser utilizado em favor dela mesma. Podem-se organizar rotinas com horários pré-fixados para várias tarefas do dia, porém isso deve acontecer de forma natural. Ao mesmo tempo em que a rotina é importante, é necessário também levar em consideração que o autista deve aprender a aceitar mudanças. Por isso é preciso que os pais e os professores façam pequenas mudanças na vida diária da criança, inicialmente uma de cada vez, como por exemplo, mudar o caminho de ir á escola ou tentar mudar a carteira onde a criança senta na escola. As rotinas não são imutáveis, e isso deve ser mostrado desde cedo para a criança (THAYLOR, 2004).

A criança autista necessita de acompanhamento familiar e especializado, pois seu desenvolvimento acontece de maneira lenta e exige paciência por parte dos pais e dos educadores. É preciso que os familiares dispensem atenção e estejam presentes em todos os momentos da vida da criança para que ela se sinta amada e valorizada. O processo de aprendizagem de uma criança com autismo leva tempo, por isso requer calma e empenho. Sendo assim, deve-se entender que o tempo da criança autista é diferente e deve ser respeitado. Tanto pais como educadores devem incentivar e mostrar as crianças que elas aprendem para que se sintam motivadas.

A educação é umas das maiores ferramentas para o desenvolvimento de uma criança autista. Através da educação essas crianças podem aprender tanto matérias acadêmicas quanto atividades do cotidiano. A aprendizagem da criança autista não é fácil, contudo fica evidente que com dedicação e amor estas crianças podem alcançar uma vida mais independente e com qualidade.

2.4 LEIS QUE AMPARAM OS AUTISTAS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) abarca um amplo universo de indivíduos com quadro clínico de déficit, em maior ou menor grau, em pelo menos uma das seguintes áreas interação social, comunicação e comportamento. Com causa ainda não definida e sem um tratamento exitoso seguramente comprovado, seja ele medicamentoso ou terapêutico, prevalecem as incertezas. Percebe-se que com o decorrer dos anos foram surgindo leis que amparassem a pessoa com deficiência especial de forma que torne um ser com direitos e deveres a serem cumpridos.

Em dezembro de 2012 alguns dos direitos dos autistas no Brasil passaram a ser assegurados pela Lei nº 12.764, chamada de “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”. Percebe-se que a lei reconhece que as pessoas com este transtorno possuem os mesmos direitos que todos os outros pacientes com necessidades especiais no Brasil. Entre outros aspectos, a legislação garante que os autistas podem frequentar escolas regulares e, se necessário, solicitar acompanhamento de cuidadores especializados nesse local.

Segundo Santomé (2003), na antiguidade os deficientes já sofriam exclusão, sendo mortos por serem considerados inválidos e incapazes. Com o passar do tempo, a religião os visou como pessoas que precisavam de cuidados, e quem cuidava visava um meio de alcançar o clamor divino. Pode-se perceber o quanto as pessoas com necessidades especiais eram excluída de forma cruel da sociedade e é notória o quanto já mudou em relação a isso e mudara mais e mais. Ou seja, a escola no serve apenas para cumprir regalias, estipulas tarefas ou fazer exigências, mas abre também uma oportunidade para que o educando e sua família construam um repertorio, uma forma de trabalha com que desperte a atenção de aluno, ou seja o aluno não irá apenas cumprir seu papel de aluno e fazer as atividades estipuladas, mas também vai adquirir uma aprendizagem que inclui diversos desafios no seu dia-a-dia, sempre com o intuito de obter sua própria autonomia escolar.

O autismo só foi reconhecido como deficiência, para todos os efeitos legais, através da Lei Nº 12.764/2012, também chamada Lei Berenice Piana, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para a sua consecução. Em seu Art. 3º, estabelece os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e interessa-nos especialmente os incisos III, IV e o Parágrafo Único deste artigo, bem como o Art. 7º, que estabelece:

O acesso a ações e serviços inclusive de saúde, com vistas a atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: o diagnostico precoce, ainda que não definitivo; o atendimento multiprofissional; (...) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento. O acesso à educação e ao ensino profissionalizante; (...) Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º (vetado), “terá direito a acompanhante especializado”. E no Art. 7º temos; “o gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matricula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido de 3 (três) a 20 (vinte) salários mínimos. (BRASIL, 2012)

Como podemos ver, são direitos importantes a serem observados por profissionais da área da educação, destacando-se o direito ao atendimento multiprofissional e o acompanhante especializado em classes comuns do ensino regular caso haja necessidade. Percebe-se que o aluno com deficiência ou com transtorno tem direito a m acompanhante na sala de aula para ajudá-lo a desenvolver suas atividades e para acompanha-lo no que for necessário. Destaca-se acima que o portador de deficiência tem total direito a matricular em escolas,

caso o gestor negue vaga a essa criança será punido pois está em lei o direito a vaga nas escolas de ensino regular.

Cabe salientar que mesmo a Constituição Federativa do Brasil de 1988 sendo considerada como uma Constituição cidadã, ou seja, que pela luta pela garantia dos direitos sociais, ainda convivemos com várias resistências e restrições na efetivação de muitos desses direitos, principalmente para as minorias sociais. É justamente a luta firmada em favor da escolarização de todos, aqui em destaque as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação pelos movimentos sociais, que faz a política educacional se mover. Em 2008, no contexto da Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, a Educação Especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa por todos os níveis, etapas e modalidades da Educação desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, situação já sinalizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (BRASIL, 1996).

As diretrizes dessa política também destacam que a matrícula dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação deve ser feita exclusivamente na classe comum das escolas regulares, em detrimento de serviços segregados, contando com o atendimento educacional especializado. Sendo assim, cabe à Educação Especial realiza-lo, utilizar serviços e recursos próprios desse tipo de atendimento e orientar alunos e professores quanto a utilização dos serviços e recursos pertinentes em sala de aula (BRASIL, 2008). Através dessa política a criança com deficiência e ganha o direito de se matricular nas escolas de ensinos regulares podendo assim começar a adquirirem sua educação através da escola através das salas de recursos e de professores capacitados para trabalhar com o mesmo.

Segundo Eugênio Cunha (2014:57), em sua obra *Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família*:

A pratica escolar é uma grande oportunidade para profissionais e familiares construírem um repertorio de ações inclusivas para o aprendente com autismo Não se trata meramente de estipular tarefas isoladas e pedir para serem cumpridas com rigor e método, mas trata-se de uma concepção de aprendizagem que inclui desafios e superação, sempre com o intuito de propiciar a autonomia. A autonomia é uma conquista elementar no seio social da escola.

Quando falamos de práticas pedagógicas não estamos se referindo somente no professor passar seu trabalho e impor regras, mas referimos ao aprender do aluno, em como o professor deve aplicar suas práticas com o intuito de adquirir o bom aprendizado e proporcionar a cada aluno a construção de sua própria autonomia não somente na sala de aula mas como em casa também.

A Política Nacional de Educação Especial, em uma perspectiva Inclusiva, sinaliza ainda, que o atendimento educacional especializado deve estar incorporado ao Projeto Político-Pedagógico da escola, tendo professores em atuação nas salas de recursos multifuncionais a atribuição de criar estratégias de ensino para atendimento aos alunos público alvo da Educação Especial. Assim como o atendimento educacional especializado não será substitutivo ao trabalho realizado em sala de aula, ao Ministério da Educação abre precedentes para a oferta desse serviço nas instituições especializadas, desde que comprovada a matrícula do aluno na escola de ensino comum. Não somente as salas de recursos devem estar preparadas para receber este alunos mas como também os professores precisam estarem qualificados para assim desenvolverem as atividades adequadas a essas crianças.

De acordo com o já citado Eugênio Cunha (2012:68): “O aluno com autismo não é incapaz de aprender, mas possui uma forma peculiar de responder aos estímulos, culminando por trazer-lhe um comportamento diferenciado, que pode ser responsável tanto por grandes angustias com por grandes descobertas, dependendo da ajuda que ele receber”. Pode-se perceber que o autista não é capaz aprender, pelo contrário ele pode aprender sim através de ajuda de professores, só não irá aprender coma mesma facilidade que as outras crianças possuem, ele poderá sim ter um grande desenvolvimento como poderá também não desenvolver muito isso dependera da ajuda que ele irá receber para que isso aconteça.

Grandin e Scariano (1999) informam que o autista não é considerado uma pessoa com deficiência, mas um indivíduo com transtornos globais do desenvolvimento, ou seja, com distúrbios nas interações sociais recíprocas que costumam manifestarem-se nos primeiros cinco anos de vida. Caracterizam-se pelos padrões de comunicação estereotipados e repetitivos, assim como pelo estreitamento nos interesses e nas atividades.

No contexto dos movimentos produzidos em favor da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, vale destacar a importância da Educação num âmbito

global, em que esta é garantida em esferas nacionais e internacionais, entretanto a vasta legislação que apoia o processo de inclusão educacional ainda se constitui um desafio na sociedade atual, visto que, para a sua concretização, é necessária a transformação no interior da escola como um todo, formando redes de parcerias nas quais todos possam discutir questões voltadas para a construção da educação inclusiva.

3 AUTISTA COM SINDROME DE ASPERGER: ANÁLISE DE DADOS NA EMEF PROF MARIA EMILIA JACAREACANGA-PA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA - HISTÓRICO DA ESCOLA MARIA EMÍLIA.

Nos meados dos anos 80, em Jacareacanga-Pará, foi criada uma escola particular com o nome de “Avante Brasil”, pela Professora Maria Emília Oliveira Pereira. Com objetivo de dar aulas de reforço e crianças que não frequentavam a escola da localidade.

No início da década de 90, com emancipação de Jacareacanga, precisamente em 1993, a escola passou a ser municipal funcionando na área de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, no mesmo prédio sendo nomeada de Escola Municipal Professora Maria Emília, em homenagem a professora que tinha instituída a escola, tendo como diretora a senhora **Maria do Carmo Souza Silva**.

Em 31 de agosto de 1998, a escola passa a funcionar em um novo prédio, com capacidade para agregar mais alunos, sua estrutura física foi contemplada com 01 (uma) diretoria, 06 (seis) salas de aula, 01 (uma) sala dos professores, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) dispensa e 02 (banheiros) para alunos sendo um masculino e outro feminino, a diretora da época foi **Maria do Carmo Souza Silva** deixando o cargo no ano de 2001.

De 2002 a 2004 sob a direção da Senhora **Ciane Nelse M. da Silva**, a escola cresceu em número de alunos chegando a atender no ano de 2004, além das 1ª e 2ª séries, alunos de 5ª a 8ª séries e a EJA (Educação de Jovens e Adultos), foram matriculados para estudar no turno da noite.

De 2005 a 2008 sob a direção da senhora **Salustia Maria Martins Silva** a escola passou a atender somente crianças de 7 a 9 anos clientela de 1ª e 2ª séries do Ensino Fundamental de 8 oitavo anos divididas em 12 turmas trabalhando manhã e tarde. Essa divisão se deu em virtude a uma nova escola que surgia na sede do município.

A partir de 2009 a 2010 sob a administração da pedagoga **Rina Celiane da Silva Oliveira** a escola vive um período de transformação tanto na parte técnica administrativa quanto na parte técnico pedagógico, ou seja, contava desde então com dois técnicos pedagógicos, um na função de supervisor e outro na função de orientadora, facilitando neste sentido, os trabalhos que horizontam a qualidade de

ensino-aprendizagem. Em decorrência a Lei federal nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006. Em 2010, a escola implanta o Ensino Fundamental de 09 anos.

No ano de 2011 a reforma e ampliação, a escola ficou distribuída na seguinte proporção: 8 salas de aulas, uma sala de leitura e escrita, uma secretaria, uma sala de computação, uma sala de diretoria, uma sala dos professores, uma cozinha com depósito para merenda, um refeitório, um auditório e dois banheiros, sendo um masculino e um feminino. Neste ano a escola foi administrada pela pedagoga **Maria de Jesus Corrêa Cardoso**, ano que a escola recebeu o maior número de alunos totalizando 599, divididos em turmas do 1º primeiro ano a 8ª série turno da manhã e do 1º primeiro ano ao 5º quinto ano turno tarde.

De 2012 a 2016 sob a direção da professora e pedagoga **Maria Sidineia Hugo da Silva** a Instituição tem apresentado em sua evolução atividades que colaboraram significativamente para o processo educacional do município de Jacareacanga. Neste ano de 2016 a escola vem para o desfile do dia 07 de setembro com 777 alunos matriculados, sendo distribuídos em 26 turmas do 1º ano a 8ª série no período diurno. Para atender a essa clientela a escola tem em seu quadro de funcionários 70 pessoas.

No ano de 2017 na gestão Municipal do Prefeito Raimundo Batista Santiago, à escola Municipal de Ensino Fundamental “Professora Maria Emília”, tem como gestora Escolar a professora **Maria José Sarmiento Nazaré Filha**, graduada em licenciatura Plena em pedagogia e Biologia. A escola esse ano tem 872 alunos matriculados, divididos entre escola sede e anexo, sendo que à escola anexo, atende o ciclo de alfabetização 1º e 2º anos e a escola sede atende alunos do 3º ao 9º anos, distribuídos em 26 turmas. Para atender esses 872 alunos a escola, conta com os seguintes profissionais: 01 gestor, 02 vices- diretores, 01 assistente administrativo, 03 auxiliares administrativos, 06 técnicos pedagógicos, 01 técnico em informática, 42 professores, 14 serventes, 10 merendeiras e 08 vigias.

3.2 SUJEITOS DA PESQUISA.

Para a realização dessa pesquisa foram entrevistada 4 (quatro) pessoas, sendo que 3 (três) são professores da escola Profª Maria Emília e a outra entrevistada é a mãe da criança autista que é incluída na escola na mesma escola.

O primeiro entrevistado é Arlécio Figueiredo Valente, Graduado em Pedagogia e Matemática e com uma especialização em Gestão Escolar, Educação Especial e Inclusão e Libras, atua como professor a 11 anos em Jacareacanga-Pará.

Núbia Biank Hugo Da Silva, a mesma atualmente é professora formada em Letras com (07) sete anos de experiência em docência sem especialização.

A próxima entrevista é Celi Jandy Moraes Gomes, Licenciada em Pedagogia e Pós- Graduada em Pedagogia, trabalhando atualmente e já possui (11) onze anos de experiência e é efetiva no município.

A quarta entrevistada é Evanubia Oliveira de Sousa, Mae de dois filhos, sendo que um é o autista com síndrome de asperger atualmente casada e cursando o curso de técnica de enfermagem, não possui especializações.

O aluno que é objeto de estudo da nossa pesquisa tem 10 anos de idade e atualmente está estudando no 4º do ensino fundamental na Escola Mun. De Ensino Fundamental Profª Maria Emília em Jacareacanga- Pará. A mãe do aluno tem 33 anos de idade está cursando Técnica de Enfermagem no município de Itaituba e possui o ensino médio completo.

A escolha desses três professores deu-se pelo tempo de convivência e experiência que eles tiveram na sala de aula com o aluno autista, e que seriam de suma importância para a coleta de dados através de suas experiências. As pessoas citadas acima foram entrevistadas através de questionários com perguntas abertas e fechadas, um direcionado para a mãe e outro direcionado para professores com o intuito de saber o que o professor entende sobre Autismo e Síndrome de Asperger e quais seus pensamentos quanto professores. E direcionada a mãe para saber de que forma ela passou por essa situação e vem enfrentando até hoje, como a família reagiu e qual o pensar deles sobre esta síndrome.

3.3 METODOLOGIA DA PESQUISA.

Quanto a metodologia, optou-se por uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, apresentando características específicas, visto que o objeto de estudo encontrasse situado nos olhares de familiares e de seus profissionais acerca da síndrome de asperger. Para compreender mais sobre o pensar de pais e profissionais que juntos trabalham com essa criança convivendo dia-a-dia, e só assim relatar mais sobre esta síndrome.

Para Texeira (2005, p.137) na pesquisa qualitativa o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação. Partindo dessa perspectiva, a pesquisa qualitativa tende a assumir um forte cunho descritivo e interpretativo, valorizando os instrumentos de análise e todos os fatos obtidos na própria realidade.

Segundo Severino (2000) Interpretar, em sentido restrito, é tomar uma posição própria a respeito das ideias enunciadas, é superar a exata mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é explorar toda a produtividade das ideias expostas.

Assim para esta pesquisa utilizou-se a metodologia descritiva e explicativa que visa-se compreender e interpretar os olhares de professores e de seus familiares mediante a trajetórias e as vivências de um aluno com síndrome de asperger no processo de ensino e aprendizagem no município de Jacareacanga-Pará, por meio de foco interpretativo, obtendo a coletas de dados, fontes documentais como livros, artigos e legislações específicas acerca da temática de sustento para a pesquisa de campo.

Os procedimentos metodológicos utilizados para as coletas de dados foram a aplicação de dois modelos de questionários, sendo estes direcionados a (03) professores com (11) perguntas, (01) membro da família com (13) perguntas. Para melhor quantificar os dados da pesquisa foram efetuadas uma entrevista pessoal dividindo-se as perguntas do questionário com mãe do educando e com os professores da criança com síndrome de asperger.

A entrevista foi realizada através de questionários direcionados a mãe da criança e a três professores, e através do mesmo pode-se obter um excelente resultado.

3.4 ANÁLISE DE DADOS NA VISÃO DE PROFESSORES E DA FAMILIA

3.4.1 Visão Dos Professores

Foram entrevistados nesse questionário três professores que trabalharam com o aluno objetivo principal da pesquisa. Ao realizar a pesquisa de campo com professores do indivíduo com Síndrome de Asperger, aplicou-se um questionário para colhimento de dados que dirigem os olhares sobre a trajetória e a vivência no

processo de ensino e aprendizagem, Por conseguinte, destaca-se a cerca de 11 perguntas para os professores, estando essas todas respondidas e disponíveis para coleta de dados, neste sentido houve a necessidade de selecionar as perguntas mais relevante que contribui-se para análises. E foi elaborado um questionário para a mãe da criança com 13 perguntas. Uma vez que as perguntas e respostas estão semelhantes. Usou-se um critério de amostragem quantificadas e informações correlacionadas com o pensar da mãe e dos profissionais, pois ambos esclarecem com nitidez os dados precisos.

Nessa abordagem de estudo utilizou-se a aplicação de questionários na categoria professores 11 questões, sendo perguntas abertas e fechadas. As respostas foram identificadas no quadro através das siglas de P1 a P3, onde P= Professor.

Em vista disto perguntou-se na primeira questão: **Qual sua Formação Acadêmica?**

Quadro 01: Formação Acadêmica. **Fonte:** Professores da Escola Maria Emília. (2017)

Entrevistados	Justificativa
P1	“Graduado em pedagogia”
P2	“Graduado em Pedagogia”
P3	“Letrada”

Considera-se que para atuar no mercado de trabalho como professor é essencial ter uma graduação ou estar em processo de formação educacional. A formação dos profissionais da educação é de suma importância para a escola, aluno e sociedade, pois a formação não abre apenas as portas para o emprego mais também faz com que haja educação de qualidade e onde a aprendizagem se torne um elemento eficaz para o progresso do ensino para os alunos. Observa-se que a maioria dos entrevistados são pedagogos profissionais que direcionam a criança no caminho da aprendizagem em busca do conhecimento e somente um letrado. Ainda nesta mesma linha de raciocínio temos estes profissionais atuantes e comprometidos com o ensino e aprendizado das nossas crianças.

Perguntou-se na segunda pergunta: **Tem especialização?**

Quadro 02: Tem especialização?. **Fonte:** Professores da Escola Maria Emília. (2017)

Entrevistados	Justificativas
P1	“Sim”
P2	“Não”
P3	“Sim”

Através desta questão observou-se que o P1 e P3 responderam que “sim” que possui uma especialização, sabe-se que é de suma importância que professores tenham uma especialização para trabalhar com crianças com deficiência especial para assim desenvolverem uma educação de qualidade para as pessoas que necessitam.

Indagou-se na terceira questão: **Você possui quantos anos de experiência na docência?**

Quadro 03: Tempo de experiência na docência?. **Fonte:** Professores da Escola Maria Emília. (2017)

Entrevistados	Justificativas
P1	“11 anos”
P2	“11 anos”
P3	“7 anos”

De acordo com o quadro acima citado conota-se o tempo de atuação dos profissionais da modalidade de ensino sendo estes professores facilitadores de conhecimento, dois dos professores P1 e P2 estão com 11 anos atuando no município e somente o P3 está a 7 anos em função no processo de ensino e aprendizagem dos alunos nas escolas, observa-se que o tempo de atuação de um professor na escola é de suma importância pois com o passar dos tempos ele só vai adquirindo mais conhecimento e experiência.

Na quarta questão indagou-se sobre: **Você possui experiência para trabalhar com crianças especiais?**

Quadro 04: Você possui experiência para trabalhar com crianças especiais?. **Fonte:** Professores da Escola Maria Emília. (2017)

Entrevistados	Justificativas
P1	“SIM”
P2	“NÃO”
P3	“NÃO”

De acordo com o quadro a cima podemos perceber que a minoria dos entrevistados estão preparados para trabalhar com crianças especiais e vemos o quão é de suma importância em quanto professor obter experiências para lidar com esses alunos no dia a dia, cabe ao professor estar se atualizando com frequência em um meio social e em busca de recursos para se trabalhar em sala de aula sem que se tenha muita dificuldade ao desenvolver suas tarefas, pois o aluno com deficiência ele requer ainda mais a experiência dos professores em saber como vão lidar com a situação e saber como trabalhar para que o aluno tenha um grande desempenho.

Questionou-se aos entrevistados na quinta pergunta: **Você possui experiência para trabalhar com autistas?**

Quadro 05: Possui experiência para trabalhar com crianças especiais?. **Fonte:** Professores da Escola Maria Emília. (2017)

Entrevistados	Justificativa
P1	"SIM"
P2	"NÃO"
P3	"NÃO"

Quando falamos em educação especial percebemos a grande importância para um professor em saber como trabalhar com o seu aluno, e percebe-se que a experiência de trabalho e de suma importância, através desta questão é notória que o P1 possui experiência para trabalhar com crianças especiais o que mostra que está se atualizando conforme o que está sendo solicitado. Já o P2 e P3 responderam que não possuem experiência mas que estão se especializando pois é de total importância a escolar tem um professor qualificado e especialista para trabalhar com crianças especiais.

Perguntou-se na sexta questão: **Você já ouviu falar no autismo com síndrome de asperger?**

Quadro 06: Você já ouviu falar em autismo com síndrome de asperger?. **Fonte:** Professores da Escola Maria Emília. (2017)

Entrevistados	Justificativas
P1	"SIM"
P2	"SIM"
P3	"NÃO"

Dois de três entrevistados responderam que sim, que já ouviram falar no autismo com síndrome de asperger e inclusive tinham trabalhado com um aluno e

somente um responde que ainda não tinha ouvido falar sobre o autismo com síndrome de asperger mas que já tinha sido cuidador de um aluno com transtorno global do desenvolvimento (TGD). Percebe-se a importância de se falar sobre o autismo, pois muitos ainda não sabem o que é e outros nunca ne se ouviram falar, o professor de alunos com autismo tem sempre que estarem se atualizando em busca de melhorias para seus alunos.

Dando continuidade ao questionário indagou-se na sétima pergunta: **O que você entende por autismo?**

Quadro 07: O que você entender por autismo?. **Fonte:** Professores da Escola Maria Emília. (2017)

Entrevistados	Justificativa
P1	"Limitação de interação com o meio inserido".
P2	"É uma alteração genética que provoca características específicas em um duo".
P3	"Um tipo de síndrome mas que é particular dependendo do grau grau do ser no que em cada um se apresenta de forma diferente".

Conforme o quadro citado acima à visão que os professores possuem sobre autismo apresentam relações importantes entre as características e o conceito de interação, para os professores entrevistados o autismo é uma síndrome que possui dependendo de cada pessoa um grau diferenciado, ou seja é um transtorno global do desenvolvimento (TGD) Percebe-se que os professores já possuem um próprio entendimento sobre o autismo o que torna conhecedores do que iram trabalhar e como deveram desenvolver seus trabalhos.

Diversos métodos e teorias têm sido desenvolvidos, buscando com isso "responder" às condutas e manifestações advindas do portador do autismo, manifestações essas difíceis de serem compreendidas nos meios sociais, educativos e familiares. (MACHADO, 2005, p.9).

Segundo o autor relata acima são diversos os métodos que foram desenvolvidos em buscar de respostas para o portador do autismo, respostas essas difíceis de serem encontradas e compreendidas pelo meio social em que é vivenciado, não somente na sociedade como também na família e escola, a família juntamente coma escola devem estar sempre lado a lado trabalhando em parceria, trabalhando na construção de sua própria autonomia.

Dando continuidade perguntou-se na oitava questão: **Como é trabalhar com um aluno autista na sala de aula?**

Quadro 08: Como é trabalhar com um aluno autista na sala de aula?. **Fonte:** Professores da Escola Maria Emília. (2017)

Entrevistados	Justificativas
P1	“Uma das formas é manter rotina, tanto na sala de aula quanto em casa”.
P2	“A minha experiência foi bem tranquila sem muitas complicações”.
P3	“Não é muito fácil temos que ir quando ele quiser, ir tudo no tempo dele, porque os autistas tem um mundo particular que é só deles”.

Analisando no quadro acima as informações obtidas pelos professores de como foi a experiência de trabalhar com alunos autistas percebe-se que o professor já se tem uma base de como desenvolver seu trabalho através de metodologias que desperte o interesse do educando em sala de aula e que a todos souberam como se deparar com a situação.

A inclusão escolar promove às crianças com TEA oportunidades de convivência com outras crianças da mesma idade, tornando-se um espaço de aprendizagem e desenvolvimento social. Possibilita-se o estímulo de suas capacidades interativas, impedindo o isolamento contínuo. Acredita-se que as habilidades sociais são passíveis de serem adquiridas pelas trocas que acontecem no processo de aprendizagem social. A oportunidade de interação com pares é a base para o desenvolvimento de qualquer criança. (SCHIMIDT, 2013, p.134).

Segundo o autor com isso, o papel do professor é fundamental no encaminhamento de crianças que apresentam sintomas do autismo, sendo primordial o conhecimento clínico, comportamental e interacional dessas crianças em suas relações sociais, sendo possível perceber com mais clareza as singularidades comportamentais desses indivíduos. Sabe-se que a educação é o caminho para a construção social, intelectual e efetiva de qualquer indivíduo. A escola é uma das instituições educacionais que estão carregadas de promover a inclusão das pessoas com deficiência em seus espaços, pois pode contribuir para a melhora do quadro clínico desses indivíduos, através de práticas pedagógicas voltadas à inclusão e o respeito à diversidade.

Mediante isto questionou-se na nona pergunta: **Qual a metodologia utilizada em sala com o aluno autista?**

Quadro 09: metodologias utilizadas em sala de aula com o aluno autista?. **Fonte:** Professores da Escola Maria Emília. (2017)

Entrevistados	Justificativas
P1	“Todo conteúdo inserido o concreto”.
P2	“A metodologia utilizada foi a semelhante á usada com os demais alunos pois eu tentava deixa-lo a vontade na turma”
P3	“A mesma usada com os outros alunos mas, com algumas especificidades”.

Conforme os relatos citados acima se entende a atitude que os professores tinham sobre o aluno com autismo, na qual nada exige que o professor seja como ele, aliás, é um preconceito que vem impedindo, em grande medida, o aluno com autismo e síndrome de asperger ele tem uma inteligência média ou acima do normal e isso faz com que eles sejam bem participativo nas aulas.

Muitos professores pensam que, se não souberem tudo o que os alunos perguntam, perdem seu controle diante da sala. E isso não é verdade. Esse aluno pode ser um parceiro, se o professor não se sentir ameaçado por ele. O bom é quando não existem empecilhos suficientes para que o professor utilize suas metodologias, adequando a este aluno e sempre mantendo uma certa rotina com o devido aluno. É de suma importância que os professores estejam sempre usando metodologias em sala de aula para desenvolver seu trabalho com os alunos, e sempre estarem renovando com seu trabalho em busca de um bom desenvolvimento do aluno em sala de aula.

Indagou-se novamente por continuar as perguntas e realizamos a decima:

Quais as maiores dificuldades em trabalhar com alunos autistas?

Quadro 10: Dificuldades em trabalhar com o autista?. **Fonte:** Professores da Escola Maria Emília. (2017)

Entrevistados	Justificativas
P1	“A mudança constante de humor”.
P2	“Na minha experiência a maior dificuldade foi o excesso de cuidados por parte dos pais”.
P3	“Eu não senti dificuldades, aprendi muito rápido como lhe dar, foi uma experiência apaixonante para mim”

Conforme citado acima pelos professores nota-se que cada professor encontrou uma dificuldade diferente a se trabalhar com o aluno, mas que mesmo assim não mediram esforços para se trabalhar com o mesmo, pois fizeram dessas dificuldades grandes aprendizagens. O P1 disse que a maior dificuldade era a

mudança constante de humor, já P2 ressaltou que foi o excesso de cuidados por parte dos pais e o P3 disse que não sentiu dificuldades pelo contrário aprendeu muito rápido em como lidar com o aluno, percebe-se que cada professor encontrou uma dificuldade diferente, mas que mesmo assim continuaram em busca de soluções para essas dificuldades enfrentadas.

É por isso que no processo de educação também cabe ao mestre um papel ativo: o de cortar, talhar e esculpir os elementos do meio, combina-los pelos mais variados modos para que eles realizem a tarefa de que ele, o mestre, necessita. Deste modo, o processo educativo já se torna trilaterial mente ativo: é ativo o mestre, é ativo o meio criado entre eles (VIGOTSKI, 2010, p.73).

Em se tratando do aluno com deficiência, há necessidade de se compreender as especificidades cognitivas e comportamentais desse sujeito, para que se possa de fato desenvolver propostas de interação social e afetiva, minimizando, assim, possíveis dificuldades apresentadas por essa população no ambiente de sala de aula. O mestre está inserido no papel de construção da educação do aluno. Embora a escola sempre tivesse trabalhando essa prática de conscientização em conjunto com professores, coordenação pedagógica e comunidade em geral estavam respaldadas pelo Regimento Escolar, Constituição Federal e a Leis de Diretrizes e Bases Nacionais.

E finalizando décima primeira pergunta: **Qual sugestão para um melhor trabalho com o aluno autista incluso no ensino regular?**

Quadro 11: Sugestão para um melhor trabalho com o aluno autista?. **Fonte:** Professores da Escola Maria Emília. (2017)

Entrevistados	Justificativas
P1	“Flexibilizar conteúdo, onde o educando vivencie o concreto, não deixando de adaptar as metodologias de acordo com o tempo do educando”.
P2	“Maior preparação dos professores e toda equipe técnico pedagógica para lidar com as situações diárias”.
P3	“Ama-los incondicionalmente, e ter amor no que você faz, sobre interagir com ele”.

De acordo com as respostas dos professores, percebe-se que cada um possui uma opinião diferente sobre como trabalhar com o aluno autista, o P1 ressalta que flexibilizar conteúdo onde o educando vivencie o concreto e adaptando as metodologias de acordo com o educando é uma forma de se trabalhar melhor com o aluno, já o P2 ressalta que precisa de maior preparação dos professores e de

toda equipe técnico pedagógica para juntos saberem como lidar com a situação e o P3 disse que ama-os incondicionalmente e ter amor no que se faz e como interagir é uma forma de trabalhar com o autista e obter resultados ótimos.

Considera que os profissionais sempre estão preocupados em encontrar a melhor maneira para que o aluno com ou sem deficiência aprenda.

3.4.2 Visão Da Família

Ao realizar a pesquisa de campo com a família do indivíduo com Síndrome de Asperger, aplicou-se um questionário para obtenção de dados que norteiam os olhares sobre a trajetória e a vivência no processo de ensino e aprendizagem. Por conseguinte, destaca-se a cerca de 13 perguntas, estando essas todas respondidas e disponíveis para coleta de dados. Neste subcapítulo relata as opiniões acerca dos desafios da família em classe regular com o aluno com Síndrome de Asperger na Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.^a Maria Emília na cidade de Jacareacanga-PA. A mãe não mediu esforços para responder ao questionário que se foi dado.

Nossa entrevistada é Evanubia Oliveira e Sousa atualmente Casada, 33 anos de idade, mãe de dois filhos e atualmente residente em Itaituba-Para e cursando o curso de Técnica em Enfermagem.

Dando prosseguimento no estudo perguntou-se na primeira pergunta: Quantos anos possui seu filho com autismo? “**10 anos de idade**”, foi respondido pela mãe a primeira pergunta a qual se referia a idade de seu filho. Perguntou-se na segunda pergunta: Quantos anos ele tinha quando foi descoberto o Autismo? “**aos 06 anos de idade**”. Desta forma percebemos um pouco a demora em descobrir sobre o autismo e seu filho, e que descobriu através de umas mudanças constantes. Sabe-se que o diagnóstico do autista pode ser identificado após os 3 anos de idade.

Dando continuidade perguntou-se na terceira questão: Você conhecia o que era autismo antes de descobrir que seu filho era autista? **SIM (X) NÃO ()**. Podemos perceber que a mãe já tinha mais ou menos o conhecimento sobre o que era autismo.

No entanto perguntou-se a mãe na quarta pergunta: Que comportamento seu filho apresentava para que a senhora percebesse que tinha algo diferente? “**Não**

gostava de sair, não tinha contato olho no olho, tinha movimentos estereótipos, chorava muito quando era contrariado e sempre se referia a terceira pessoa entres outras coisas". De acordo com a fala da mãe foram vários os fatores que a fizeram perceber que seu filho era autista, e essas são umas das principais que os autistas desenvolvem, sua mãe veio percebendo essas diferenças com o decorrer dos dias.

Dando continuidade perguntou-se na quarta questão: Qual foi sua reação após o diagnóstico comprovado que seu filho possuía autismo? **"Fiquei sem chão, mas não fechei os olhos para situação e fui correr atrás do que podia ser feito pelo meu filho, como é feito até hoje"**. Com a resposta da mãe percebe-se que é uma mãe que não desiste de nada pelos seus filhos, além de ser uma mãe amável, carinhosa também é uma mãe guerreira que lutar pelo seu filho. Sustenta-se uma relação de muita cumplicidade entre mãe e filho, a senhora sua mãe é muito protetora, amorosa, lutadora, não mede esforços nenhum, quando a principal questão é seu filho caçula. Sua maneira de enxergar o mundo fez com que observássemos quem era seu filho, através de luta constante entre o medo da sociedade em si e a própria relação auto avaliação do próprio indivíduo.

Optou-se por perguntar na sexta questão: Com quantos anos ele começou frequentar a escola? **"ele começou estudar com 04 anos de idade"**. Percebe-se o interesse na mãe em colocar seu filho em uma escola para assim ir se adequando em um meio social em que se é vivido, e obter conhecimentos de forma rápida.

Dando continuidade perguntou-se na sétima questão: Qual a reação da escola em receber seu filho sabendo que ele tinha autismo com síndrome de asperger? **Graças à Deus meu filho sempre foi bem amparado nessa questão da escola dele, mesmo quando mudamos de cidade**". Podemos observar que o aluno não enfrentou dificuldades para ser aceito na escola pois a escola não pode negar vaga para uma criança especial. Assim Blanco (2002, 13), coloca que "a instituição tem que incluir, sustentar, acompanhar, apoiar, enriquecer e oferecer tudo o que esta pessoa necessita em sua singularidade para ter êxito no objetivo de integrar". De acordo com o autor a escola tem todo um compromisso com esses alunos, pois devem ser matriculados diretamente no ensino regular, cabendo à escola se adaptar para atender às suas necessidades desse indivíduo.

Indagou-se a oitava questão: Como seu filho se relaciona com os colegas da sala de aula? **"Normalmente como qualquer outra criança"**. Observa-se que a

criança tem seu comportamento normal como de toda e qualquer crianças da idade dele, independentemente de ser uma criança autista.

Perguntou-se na nona pergunta: Qual o comportamento dele em casa com a família? **“Normalmente, é uma criança totalmente independente, tem suas birras e traquinagens como toda criança tem na idade dele”**. Como observou-se na resposta da mãe ela ver seu filho como uma criança normal e ele age como uma criança normal até em suas atitudes e no modo de se relacionar com a família.

Para melhor aprofundamento da pesquisa foi indagado na sequência a décima pergunta: Como você vê o autismo com síndrome de asperger? **“Tenho outra visão eu vejo também como mãe autista, procuro ver a situação pelo seu melhor ângulo, tento tirar proveito de tudo”**. Percebe-se que a mãe tem uma preocupação com seu filho e sempre está pensando no bem estar dele, buscando sempre inovações para o seu filho de um modo que ele não se sinta excluído da sociedade.

Perguntou-se na décima primeira pergunta: No seu ver a escola tem feito um bom trabalho com seu filho? **“SIM” (X) NÃO ()**. Em seu ver a mãe relatou que a escola sempre fez um bom trabalho com seu filho antes mesmo de saber que seu filho era autista, ou seja a escola sempre esteve preocupada com o bem estar do aluno.

Indagou-se a décima segunda pergunta: Quais as maiores dificuldades do seu filho na escola? **“Interação social e coordenação motora fina”**. Percebe-se através da resposta da mãe que seu filho possui dificuldades na escola mas com o tempo será trabalhado a questão coordenação motora e a interação social para que o aluno tenha um bom desenvolvimento.

E por fim perguntou-se na décima terceira pergunta: Qual a sugestão para um melhor trabalho com o aluno autista incluso no ensino regular? **“Inclusão, só isso”**. A mãe percebeu a falta da inclusão de seu filho, e quer que seja trabalhado mas a inclusão, pode-se perceber que os pais são de suma importância para o desenvolvimento escolar de seu filho, e que é de fundamenta importância que a escola trabalhe a inclusão não somente com aluno autista, mas com todos os outros que fazem parte do meio escolar.

Desta Forma, Encerramos A apresentação e Discussão dos dados obtidos através das entrevistas e das observações da família em relação ao autismo e síndrome de asperger, percebe-se que que a família estar sempre lado a lado com a

escola em busca de um bom desenvolvimento para seu filho no meio social em que vivem, percebeu-se que a família está sempre presente na vida escolar de seu filho acompanhando o seu desenvolvimento.

3.5 PROSPOTA.

Ao realizar esta pesquisa podemos encontrar inúmeras dificuldades encontradas pela família e pela escola em trabalhar com o aluno autista, de modo que foram sugeridos algumas propostas em busca de melhoria não só para o atendimento escolar mas também para ajudar no convívio com a família. Percebe-se que atualmente ainda na escola no que diz respeito ao aprendizado do aluno no cotidiano escolar, pois devido à falta de recursos, materiais especializados se torna ainda mais difícil para o professor ensinar esses alunos.

É notória a falta de especialização de profissionais nesta área para que desenvolvam o seu trabalho conforme a necessidade de seu aluno. No intuito de contribuir no processo de ensino e aprendizagem, sugestiona-se nesta pesquisa algumas propostas de melhoria para o trabalho do dos professores com a inclusão de alunos autistas.

- ✓ Desenvolver projetos para incentivar a participação da família na escola.
- ✓ Promover palestras mensalmente com o intuito de que as pessoas entendam mais sobre o autismo.
- ✓ Promover cursos de capacitação para professores do Ensino Regular, Salas de Recursos Multifuncionais e Familiares de crianças com Autismo.
- ✓ Trabalhar a inclusão dos alunos autistas com os demais membros da escola em busca de uma melhor convivência escolar.

Essas propostas visam uma melhoria para um ensino de qualidade para pessoas com o autismo incluso na escola, de forma que trabalhe mais a inclusão do mesmo, e trabalhar sobre o autismo nas escolas de ensino regular.

CONCLUSÃO

Neste trabalho de conclusão de curso, foi analisado a trajetória e as vivências no processo de ensino aprendizagem de um aluno autista no município de Jacareacanga- Pará, tendo como base neste trabalho as concepções em análises de seus professores e familiares. Obteve como problemática os maiores desafios que a criança com autismo enfrentam no seu dia a dia. De fato, este processo de identificação de alunos com autismo com dificuldade de aprendizagem envolve a aquisição de evidências que comprovam a presença de uma dificuldade específica por um lado e o alto potencial por outro.

Os professores devem estar aptos para lidar com alunos com essa síndrome, esses cuidados devem ser no âmbito pessoal de convivência e também na preparação e no planejamento das atividades que serão aplicadas em sala de aula. A escola em geral deve respeitar as diferentes formas de aprender e atender as necessidades educacionais de todos os alunos de forma que garanta as comunicações e o ensino a todos, desenvolvendo um trabalho cooperativo entre os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar.

Entendeu-se que apesar dos profissionais demonstrarem ter ciência dos conceitos relativos ao aluno autista, é fundamental estabelecer parceria entre família e escola no que diz respeito ao processo de estimulação de suas habilidades, tanto em casa como na escola. A relevância do presente estudo desempenha papéis importantes e fundamentais no processo de estimulação das habilidades dos alunos com síndrome de asperger.

A Síndrome de Asperger e suas características relatadas neste trabalho nos levam a reflexões sobre formas de viver com peculiaridades consideradas especiais, quando comparadas com o conceito de um ser humano normal do ponto de vista social. Nesta pesquisa, o desenvolvimento infantil foi visto como algo fortemente influenciado pela história e pela cultura. Nessa perspectiva, pensou-se que é de fundamental importância as concepções contemporâneas de infância e da criança com deficiência nos espaços de Educação, pois pensar numa escola que inclua a infância e a criança com deficiência, considerando-a como sujeito de direitos, com capacidade de aprender e se desenvolver, continua sendo um dos maiores desafios.

Diante deste contexto para que se alcance resultados aceitáveis em tal modalidade de ensino, requer-se aprofundados estudos e reflexões, concepções, metodologias e ações pedagógicas. Além disso, é preciso também que haja uma grande interação e colaboração entre educando, corpo pedagógico e a família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASPERGER, H.. Autistic psychopathy' in childhood. In: Frit, Uta. (Ed.) **Autism and Asperger syndrome**. Cambridge: Cambridge University Press. P. 37-92. 1991 [1944].

ASSUMPÇÃO, Francisco Baptista Júnior, SCHWARTZMAN José Salomão. **Autismo Infantil**. São Paulo: Memnon, 1995.

BARON- Cohen, S (1993). From attention - goalpsychology to belief - desire psychology: the development of a theory of mind and its dysfunction. In **Understanding other Minds**. Perspectives from Autism (eds. S Baron – Cohen, H. Tager – Flusberg & D. J. Cohen). Oxford: Oxford University Press.

BAUER, S. **Asperger Síndrome – through the lifespan**. New York, The developmental unit, Genese Hospital Rochester. (1995)

BAPTISTA, Cláudio Roberto; BOSA Cleonice; e colaboradores. **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção** . Porto Alegre, Artmed, 2002.

BLANCO, Maria Rosa. **Implicações educativas do aprendizado na diversidade**. Gestão em Rede 38, Edição Temática-Como realizar o ensino inclusivo, 2002.

BOSA, Cleonice; CALLIAS, Maria. **Autism: a brief review of different approaches**. *Psicol. Reflex. Crit.* vol.13 n.1 Porto Alegre, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 7.853**, de 24 de outubro de 1989.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. MEC SEESP. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala: 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 2.678, de 24 de setembro de 2002**. Disponível em: http://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2002/por2678_24092002.doc.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de estudantes com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino**. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva(Orgs). 2ª ed. ver. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais** – orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. IBGE. Censo Demográfico, 2000 Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/censo2000/default.shtm>.

BRASIL. INEP. Censo Escolar, 2006. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL, **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Inclusão**: Revista da Educação Especial Brasileira: Secretaria DE Educação Especial, v.4,n.1,p. 7-17, jan/jun. 2008a.

BRELAZ, Walmir Moura. **PCCR dos profissionais da educação pública do Pará - Lei nº 7.442, de 02 de julho de 2010 – Comentado / Walmir Moura Brelaz**. Belém: [s.n.], 2010.

CAROTHERS, Douglas E. ; TAYLOR, Ronald L. **Como pais e educadores podem trabalhar juntos para ensinar habilidades básicas de vida diária para crianças com autismo**. 2004. Disponível em: http://www.ama.org.br/html/apre_arti.php

CUNHA, Eugênio, **Autismo e Inclusão. Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 3 ed. Rio de Janeiro. Wak editora, 2011

FERREIRA, Windys B. **Educação Inclusiva: Será que eu sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?** Revista da Educação Especial-Out/2005. Nº 40.

HOSBORN, R. (1995). **Autism and the Development of Mind**. Hove: Lawrence Erlbaum.

JONSSON, T. **Inclusive education**. Hyderabad India: THPI, 1994, 158p.

KANNER, L. **Autisc disturbances of affective contact**. *Nervous Child*, Baltimore,v. 2, p. 217-250. 1943

KLIN, Ami. **Autismo e Síndrome de Asperger: uma visão geral**. Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 28, 3-11. 2006.

LAMÔNICA, Dionísia Aparecida Cusin. **Utilização de variações da técnica do ensino incidental para promover o desenvolvimento da comunicação oral de uma criança diagnosticada autista**. Bauru, USC, 1992. (Cadernos de divulgação cultural)

LAZNIK, Marie-Christine. **A voz da sereia: O autismo e os impasses na constituição do sujeito**. Salvador: Ágalma, 2004

MACHADO, Dirce Silva. **A releitura do autismo pela psicomotricidade**. Trabalho de concussão de curso apresentado à especialização em psicomotricidade geral , escolar e aquática. Ucanp: Curitiba 2005.

MENDES, E. G. **Deficiência Mental: A construção científica de um conceito e a realidade.** Tese de Doutorado-USP: São Paulo, 1995.

MELLO, Ana Maria S. **Autismo: guia prático;** 7.ed. São Paulo: Brasília : CORDE, 2007

MILTER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artemed, 2003.

NOGUEIRA, Tânia. **Um novo olhar sobre o mundo oculto do autismo.** Revista Época. São Paulo: Editora Globo, nº 473, p. 76-85. Junho, 2007.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. **A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI.** Revista da Educação Especial-Out/2005, Nº 07.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez,2000.

SANTOS, Neide Pereira. **O desenvolvimento intelectual da criança com autismo e o método TEACCH.**2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Licenciatura em Pedagogia. Faculdade Método de São Paulo, 2013.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Porque avaliar? Como avaliar / critérios e instrumentos,** Petrópolis, RJ Vozes, 1995.

SCHMIDT, Carlo (Org.) **Autismo, educação e transdisciplinaridade.** In: BELIZÁRIO FILHO, José; LOWENTHAL, Rosane. **Inclusão Escolar e os Transtornos do Espectro do Autismo.** Camoínas: Papyrus, 2013.p. 125-143.

SUPLINO, Marise. **Currículo funcional natural: guia prático para educação na área do autismo e deficiência mental.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Maceió: ASSISTA, 2005.

TEXEIRA, Elizabeth. **A três metodologias: acadêmicas, da ciência e da pesquisa.**Petropolis,RJ: VOZES, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,** 2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

VALE, J. M. F. Projeto Pedagógico como Projeto coletivo. In: CIRCUITO PROGRAD, 1995. São Paulo. **O PROJETO Pedagógico de eu curso está sendo construído por você?** São Paulo: Pró-Reitoria de Graduação/UNESP. **Anais...**, 1995, p.2-10

VIGOTSKI, L. S **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SOUSA, Greiciane Barbosa de.

Autista com Síndrome de Asperger: Análise de Dados na Escola MEF Prof.^a
Maria Emilia Jacareacanga-Pará / Greiciane Barbosa de Sousa. Itaituba: FAI, 2018
67 fls.

Trabalho de Conclusão de curso (TCC). Faculdade de Itaituba–FAI.
Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Itaituba, BR-PA, 2018.

Orientadora: Prof^a. Gislainy Fernandes Ferreira, Esp.

1. Autista com Síndrome de Asperger: Uma Análise de Dados na escola
MEF Prof^a Maria Emilia – Jacareacanga-Pará